

Projeto Básico Ambiental (PBA)

UHE Teles Pires

P.31 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico

Equipe Responsável pela Elaboração do Programa			
Responsável	Registro Profissional	Cadastro Técnico Federal – IBAMA	Assinatura
Documento Antropologia e Arqueologia SS Ltda. Dra. Erika M. Robrahn-González		253918	

Controle de Revisão			
Revisão	Data	Descrição	Responsável/ Empresa
00	03/03/2011 (Versão Final)	Revisão Técnica	Renata Cristina Moretti/ JGP Consultoria e Participações Ltda.

P.31 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico

1. Introdução/ Justificativa

Este texto apresenta o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, empreendimento localizado nos municípios de Jacareacanga e Paranaíta, Estados do Mato Grosso e Pará. Este Programa, parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Teles Pires, abrange as ações relativas às etapas de prospecção, resgate e monitoramento da usina, em atendimento ao item 10.4 do Parecer Técnico N° 111/2010 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 10/12/2010, referente ao Patrimônio Arqueológico e Histórico, ao item d da condicionante 2.17 da Licença Prévia N° 386/2010, e ao Ofício N° 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, de 06/04/2010.

O escopo das atividades a serem desenvolvidas pelo presente Programa atende às regras definidas pelas Portarias Normativas IPHAN N° 07/88 e N° 230/02 (no que se refere ao Patrimônio Arqueológico) e à Resolução CONAMA N° 01/86 (no que se refere ao Patrimônio Histórico e Cultural), aliado às especificidades do contexto científico e cultural apresentado pela região em questão.

O texto que segue traz o conjunto de dados, a conceituação teórico-metodológica, os procedimentos a serem adotados e os resultados previstos.

O desenvolvimento do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires tem justificativas de duas naturezas: justificativa científica e justificativa legal, sendo que cada uma delas é justificada a seguir.

1.1 Justificativa científica

No ano de 2008 foram desenvolvidas pesquisas na área projetada para implantação da UHE Teles Pires relativas à Etapa Diagnóstica, através de duas equipes distintas e que contaram com Portarias IPHAN e pareceres IPHAN específicos: equipe EPE/LEME/CONCREMAT (coordenado pela arqueóloga Valéria Ferreira e Silva) e equipe ODEBRECHET/JGP/DOCUMENTO (coordenado pela arqueóloga Erika M. Robrahn-González). Ambos os trabalhos indicaram a presença de um patrimônio arqueológico, histórico e cultural positivo para a área da UHE Teles Pires, resultando na necessidade de ser desenvolvido o Programa que ora se apresenta.

O resultado destes dois trabalhos é consolidado nas páginas que seguem, compreendendo o conjunto de vestígios e manifestações culturais até o momento cadastradas para a área, e que constituem a justificativa científica do Programa. Tem-se atualmente, assim, um patrimônio composto por:

- 19 sítios arqueológicos (**Quadro 1.1.a e Figura 1.1.a**);
- 6 bens de natureza material (**Quadro 1.1.b**);

- 3 bens de natureza imaterial (**Quadro 1.1.c**).

Ainda durante a fase Diagnóstica foram realizadas entrevistas com representantes do poder público de Paranaíta e Jacareacanga, nas quais foi obtido, como resultado, destaque para outros itens patrimoniais, listados no **Quadro 1.1.d**.

O conjunto de dados reunido apontou uma diversidade de frentes de ocupação humana que se desenvolveram na área, ao longo do tempo, e que certamente será ampliada com a continuidade das pesquisas. Efetivamente, em termos científicos a área do empreendimento está inserida em uma região histórica e culturalmente diversificada, desde tempos pré-coloniais até os dias de hoje. Nesse contexto, destacam-se os seguintes pontos, que serão considerados e detalhados ao longo do presente Programa, a saber:

- A Arqueologia da região indica presença de grupos humanos desde ao menos 25.000 anos. Esse período mais antigo é caracterizado por grupos caçadores e coletores que ocuparam extensivamente todo o Planalto Central Brasileiro, tendo como principal vestígio uma indústria lítica lascada tecnologicamente refinada, que aparece em sítios a céu aberto, ou, então, aproveitando abrigos rochosos e entradas de grutas.
- A partir de 5.000 anos, aproximadamente, esses grupos caçadores-coletores já se encontram ocupando densamente o Planalto Central, iniciando práticas de experimentação de cultivo e domínio de novas tecnologias, onde se destaca a fabricação de artefatos cerâmicos e líticos polidos. Os sítios arqueológicos passam a ser mais numerosos e sugerem um processo de aumento e sedentarização populacional.
- Já há cerca de 1.000 anos a região passa a ser ocupada por extensas aldeias (podendo alcançar mais de 400 metros de diâmetro e reunir centenas ou até milhares de ocupantes) habitadas por grupos ceramistas que desenvolviam uma agricultura intensiva com cultivo de vários produtos como milho, feijão, algodão, amendoim, tabaco, entre outros. Muitos desses grupos permanecem nas áreas até a chegada do colonizador europeu, com quem mantiveram contato.
- Esse período pré-contato (séculos XI a XVI-XVII) é marcado por intensos fenômenos de interação cultural entre as sociedades indígenas do Planalto Central, por vezes abrangendo amplos territórios: não raro são identificadas, por exemplo, peças arqueológicas em sítios do interior que provêm do litoral, ou ainda do Pantanal ou da Amazônia, retratando as redes de troca e contato então existentes.
- O contato com o colonizador europeu define uma nova dinâmica histórica para a região, incluindo diferentes movimentos de mudança e/ou adaptação cultural por parte das sociedades indígenas, vis-à-vis aos processos de ocupação territorial levados a cabo pelos portugueses.
- Sucedem-se, a partir daí, os ciclos econômicos de exploração de produtos (minérios, pecuária, agricultura, entre outros), definindo um caráter peculiar advindo do contato e miscigenação entre as populações branca, indígena e, posteriormente, negra, que formam a sustentação da sociedade nacional.
- A partir desse macro-contexto arqueológico e histórico, é de se esperar que a área de implantação da UHE Teles Pires contenha diversificados vestígios relacionados a essas diferentes ocupações humanas que, ao longo do tempo, ali se desenvolveram,

incluindo cenários ainda não detectados durante os estudos de diagnóstico. Esses vestígios poderão ocorrer na forma de sítios arqueológicos/históricos, como pequenos acampamentos, sítios cemitério, extensas aldeias habitacionais, ruínas históricas, entre outros.

- Por outro lado, essa região ainda é arqueologicamente pouco pesquisada, fazendo com que novos estudos tragam dados relevantes para o melhor conhecimento de seu multifacetado contexto humano de ocupação.
- Estima-se um alto médio grau de conservação dos vestígios arqueológicos, considerando a intensa ocupação agro-pastoril e intervenção da sociedade nacional, especialmente nos últimos 30 anos. Todavia, nas porções menos alteradas da área a ser ocupada pela UHE os vestígios poderão apresentar bom estado de conservação, revelando alto potencial científico e informativo.
- Espera-se, finalmente, um alto registro de eventos histórico-culturais regionais, considerando a ocupação tradicional dos Estados do Mato Grosso e Pará.

Para a área de abrangência da UHE Teles Pires também já se conta com um estudo de potencialidades arqueológicas, apresentado na forma de um Zoneamento Patrimonial realizado com uso do sistema GIS. Esse estudo foi realizado considerando tanto variáveis do meio físico (características e situações ambientais favoráveis à ocupação humana) como variáveis culturais (padrões de assentamento observados). Seu resultado pode ser observado na **Figura 1.1.b**, que traz a divisão dos terrenos em: Muito Alta / Alta / Média / Baixa / e Muito Baixa Potencialidade Arqueológica. Esse Zoneamento constitui base para definição do detalhamento das prospecções a serem realizadas no escopo do presente Programa, conforme detalhado mais adiante (**Seção 6.2 - Atividades a serem desenvolvidas**).

Assim, a presença positiva, e já reconhecida, de um patrimônio cultural, histórico e arqueológico na ADA da UHE Teles Pires, aliado ao baixo conhecimento que a literatura traz sobre o tema, constitui-se em justificativa científica relevante para a implantação do presente Programa.

Quadro 1.1.a

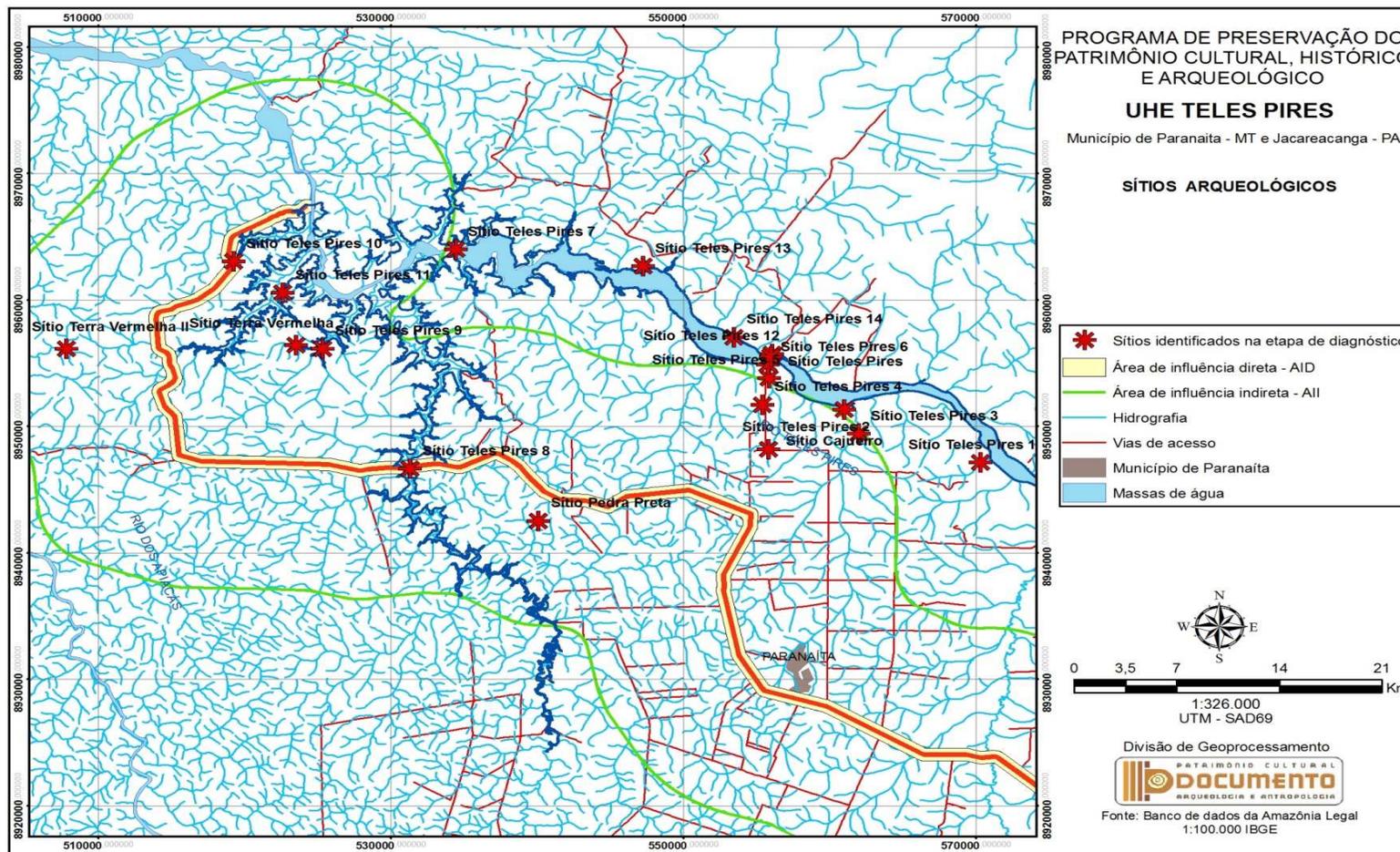
Sítios arqueológicos cadastrados na área de influência da UHE Teles Pires (etapa de estudos de diagnóstico para obtenção da Licença Prévia)

Nome do sítio	Tipo	Localização	Município	Coordenadas UTM
Teles Pires 1	Cerâmico, Lítico	AID	Paranaíta – MT	21L 0570306 – 8947149
Teles Pires 2	Cerâmico	AID	Paranaíta – MT	21L 0561004 – 8951347
Teles Pires 3	Cerâmico	AID	Paranaíta – MT	21L 0561977 – 8949434
Teles Pires 4	Cerâmico	AID	Paranaíta – MT	21L 0555386 – 8951735
Teles Pires 5	Cerâmico	AID	Paranaíta – MT	21L 0555856 – 8953855
Teles Pires 6	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21L 0555780 – 8954894
Teles Pires 7	Lítico (oficina de polimento)	ADA	Paranaíta – MT	21L 0534444 – 8964009
Teles Pires 8	Cerâmico	AII	Paranaíta – MT	21L 0531301 – 8946662

Quadro 1.1.a**Sítios arqueológicos cadastrados na área de influência da UHE Teles Pires (etapa de estudos de diagnóstico para obtenção da Licença Prévia)**

Nome do sítio	Tipo	Localização	Município	Coordenadas UTM
Teles Pires 9	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21L 0525322 – 8956176
Teles Pires 10	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21L 0519259 – 8963071
Teles Pires 11	Cerâmico	AII	Paranaíta – MT	21L 0522596 – 8960568
Teles Pires 12	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21L 0556053 – 8955744
Teles Pires 13	Cerâmico	AII	Paranaíta – MT	21L 0547235 – 8962693
Teles Pires 14	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21L 0553469 – 8957085
Pedra Preta	Arte Rupestre, Cerâmico e Lítico	AII	Paranaíta – MT	21 L 0540080 – 8942549
Cajueiro	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21 L 555817 – 8948220
Teles Pires	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21 L 555966 – 8955548
Rosa Branca	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21 L 517605 – 8966156
Terra Vermelha	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21 L 523503 -8956444
Terra Vermelha II	Cerâmico	ADA	Paranaíta – MT	21 L 507827 - 8956158

Figura 1.1.a
Localização dos sítios arqueológicos cadastrados (etapa de estudos de diagnóstico)



Quadro 1.1.b**Exemplares de patrimônio material (cadastro dos estudos de diagnóstico)**

Patrimônio	Tipo	Município	Características
Artes Plásticas	Pinturas em telas e em material reciclado	Paranaíta-MT	A Artista plástica Eliane George produz pinturas em tela. Utiliza armação de madeira coberta com tela de arame e flores em alto relevo.
Artes Plásticas	Pinturas em telas e em material reciclado	Paranaíta-MT	A Artista Plástica Cledir Bloss produz suas obras em telas convencionais, bem como em material reciclado como tubos de PVC, pedaços de madeira, sementes, conchas, estopa e outros. A principal característica de suas obras são as gravuras inspiradas dos motivos gráficos encontrados no sítio arqueológico Pedra Preta.
Artes em Madeira	Entalhes, gamelas, porta treco e peças decorativas e utilitárias para cozinha	Paranaíta-MT	A Artesã Gislaine Cristina Martins utiliza madeiras descartadas pelas marcenarias e serrarias para produção de gamelas, bandejas, pequenas prateleiras decorativas, porta frutas, porta treco em formato de baú.
Artesanato com sementes	Vasos e mini quadros decorativos	Paranaíta-MT	A Artesã Marilena Aparecida utiliza sementes e ouriços da floresta para a produção de vasos decorativos com motivos em forma de flores, bem como pequenos quadros de mesa, utilizando uma base de madeira compensada com motivos florais.
Bijuterias com sementes	Colares, brincos e pulseiras	Paranaíta-MT	As Artesãs Agna Morais e Maria Gil produzem bijuterias usando sementes e outras matérias primas da floresta (fibra de bucha e ossos)
Coleções Arqueológicas Particulares	Machados de Pedra, Vaso de cerâmica e Máscara de cerâmica	Paranaíta-MT	Machados de pedra polidos de tamanhos diversos, vasilha cerâmica sem decoração do tipo lisa e uma máscara de cerâmica em alto relevo

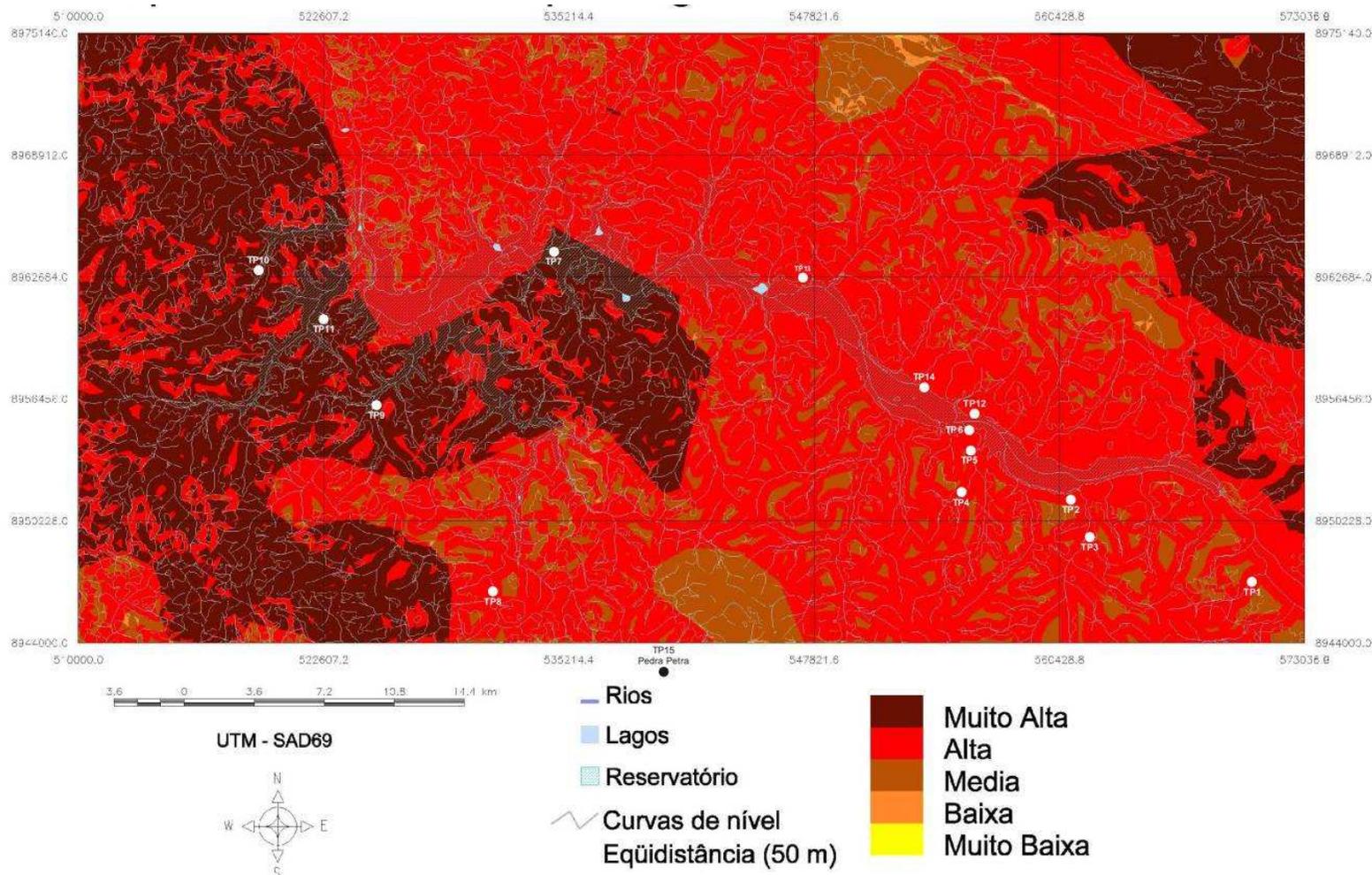
Quadro 1.1.c**Exemplares de patrimônio imaterial (cadastro dos estudos de diagnóstico)**

Identificação	Período de Ocorrência	Caracterização geral	Município
Fest Praia	06 a 09 de Setembro	Compreende festa musical dançante e torneio de pesca esportiva. Realizados entre os dias 6 e 9 de setembro. Promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Paranaíta.	Vários, Paranaíta-MT
Jiri Tur	Mês de Julho	Trata-se de uma competição de Jirico (Baco-baco), veículo automotor montado artesanalmente em oficinas e fundos de quintais a partir de chassis de veículo comum (tipo camionete ou jipe) usando um motor estacionário e revestido com lataria de carro ou, ainda, tábuas de madeira.	Vários, Paranaíta-MT
Restaurante Laços e Abraços “Restaurante da Baiana”	Durante o ano todo	Restaurante típico, referência culinária na cidade. Oferece buffet especializado em comida baiana e outros pratos regionais a base de peixe e carne bovina.	Paranaíta-MT.

Quadro 1.1.d**Itens patrimoniais destacados pelos Municípios**

Paranaíta	Referência ao sítio arqueológico da Pedra Preta, importante trajeto turístico regional
	Referência a Sete Quedas no rio Teles Pires, outro importante trajeto turístico regional
	Evento: Festival de Pesca e Praia – Fest Praia. Ocorre todo ano em setembro, nas margens do Teles Pires
	Evento: Festa de São Pedro, em julho
	Evento: Exposição Agropecuária, em junho
	Evento: Exposição Agropecuária, em junho
	Festas comunitárias: ocorrem a cada final de semana em uma comunidade diferente
Jacareacanga	Ocorrência de fósseis no rio Teles Pires
	Lenda do Mapiguari: ossada encontrada e associada pela comunidade a esta lenda está no museu de Itaituba
	Festas Juninas
	Festa do Índio (Feira Cultural Indígena), realizada dia 19/04. Danças, artesanato. Realizada em praça do Município
	Festa de São Pedro
Morro de São Benedito, com uma imagem gravada de S. Benedito e atraindo peregrinação de católicos	

Figura 1.1.b
Mapa de potencial arqueológico preditivo – Teles Pires



1.2 Justificativa legal

O desenvolvimento do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires está apoiado em legislação específica de proteção (Leis Federais, Constituição de 1988), considerando incorporar patrimônio público, definido como Bem da União. O Programa está também apoiado em instrumentos normativos (Portarias Normativas IPHAN, Resoluções CONAMA) que regulam o desenvolvimento de pesquisas e tratamento a esse Patrimônio (ver **Capítulo 5 - Base Legal e Normativa**).

Finalmente, este Programa atende aos seguintes documentos específicos relacionados ao licenciamento ambiental da UHE Teles Pires:

- Parecer Técnico N° 111/2010 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 10/12/2010, especificamente o item 10.4, referente ao Patrimônio Arqueológico e Histórico;
- Ofício N°. 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, datado de 06/04/2010.

O atendimento a este conjunto de leis e instrumentos normativos constitui, assim, a justificativa legal do presente Programa.

2. Objetivos

Os objetivos gerais deste Programa podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

- Desenvolver o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico da UHE Teles Pires, em atendimento ao Parecer Técnico N° 111/2010 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 10/12/2010, especificamente o item 10.4, referente ao Patrimônio Arqueológico e Histórico; e ao Ofício N°. 106/2010 CNA/DEPAM/IPHAN, datado de 06/04/2010.
- Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a esse patrimônio.
- Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional.
- Envolver a comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, visando a contribuir na valorização e preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural brasileiro.

De uma perspectiva científica, este Programa tem como premissas a identificação e caracterização das diversas sociedades humanas que ocuparam e ocupam a região de implantação da UHE Teles Pires, buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos, históricos e culturais de caráter macro-regional. Para tal finalidade, a abordagem envolve a identificação e inserção geográfica, ambiental e temporal dos sítios

arqueológicos/históricos e bens culturais da região, testemunhos das sociedades humanas que habitaram e habitam a área de abrangência do empreendimento.

3. Metas

As metas relacionadas a cada uma das macro-atividades propostas pelo Programa são apresentadas no **Quadro 3.a**, a seguir:

Quadro 3.a

Metas do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico

Macro Atividades	Metas
Elaboração e protocolo IPHAN de Projeto Científico	Legalização do Programa
Levantamentos documentais e cartográficos	Detalhamento das bases científicas do Programa
Prospecções Arqueológicas	Identificação e caracterização do patrimônio envolvido
Resgate Arqueológico	Tratamento do patrimônio
Pesquisas em Patrimônio Histórico e Cultural	Identificação e cadastro patrimonial
Implantação de Plataformas de E-Science e Coworking	Integração dos Stakeholders em plataformas colaborativas
Envolvimento da comunidade e ações de Educação Patrimonial	Integração de Conhecimentos Divulgação do Programa e resultados
Estudos de laboratório/ gabinete	Tratamento dos dados coletados
Análises científicas	Produção de Conhecimento sobre a História e Pré-história local e regional
Prospecção, mapeamento e análises de conservação/valorização/usos para o Patrimônio Cultural presente na APP	Apresentação de contribuições para um Plano de Gestão de Patrimônio Cultural
Organização dos resultados em Modos de Vida e Paisagens Culturais	Modelagens de Sustentabilidade Ecológica e Cultural para gestão futura do patrimônio tratado.

O alcance dessas metas tem, como indicadores, as diretrizes e boas práticas estabelecidas pela UNESCO, IFC, IAIA e IPHAN.

4. Área de Abrangência

Os procedimentos de pesquisa sistemática descritos no **Capítulo 6** do presente Programa serão aplicados nas seguintes áreas (ver **Figuras 4.a, 4.b e 4.c**), que serão denominadas de área diretamente afetada (ADA):

- 151 km² de área de futuro reservatório;
- 453 hectares de instalação do canteiro de obras (ou 4,53 km²);
- 180,92 km² de APP (largura variável de 100 a 500 metros);
- 144 km de vias de acesso a serem implantadas para as obras (duas vias provisórias e uma via definitiva), por 50 m de largura, resultando em área de 8,7 km²;

Já como Área de Influência Direta (AID), para o presente Programa, considera-se a bacia do rio Teles Pires no trecho abrangido pela UHE, incluindo as comunidades ali presentes e seus patrimônios arqueológicos, históricos e culturais. Para a AID prevê-se a realização de pesquisas amostrais, que complementem científica e socialmente o quadro de informações obtido na ADA.

Finalmente, como Área de Influência Indireta (AII) consideram-se os municípios de Jacareacanga e Paranaíta, sobre os quais recairão os estudos documentais bibliográficos regionais voltados à contextualização dos patrimônios tratados na ADA e AID. Serão aplicados estudos de patrimônio histórico e cultural, bem como ações de educação patrimonial, também no centro urbano do município de Alta Floresta, considerando sua proximidade geográfica da área de estudo e por ser passagem natural das equipes em trânsito para o local da usina.

Figura 4.a
Localização regional do empreendimento

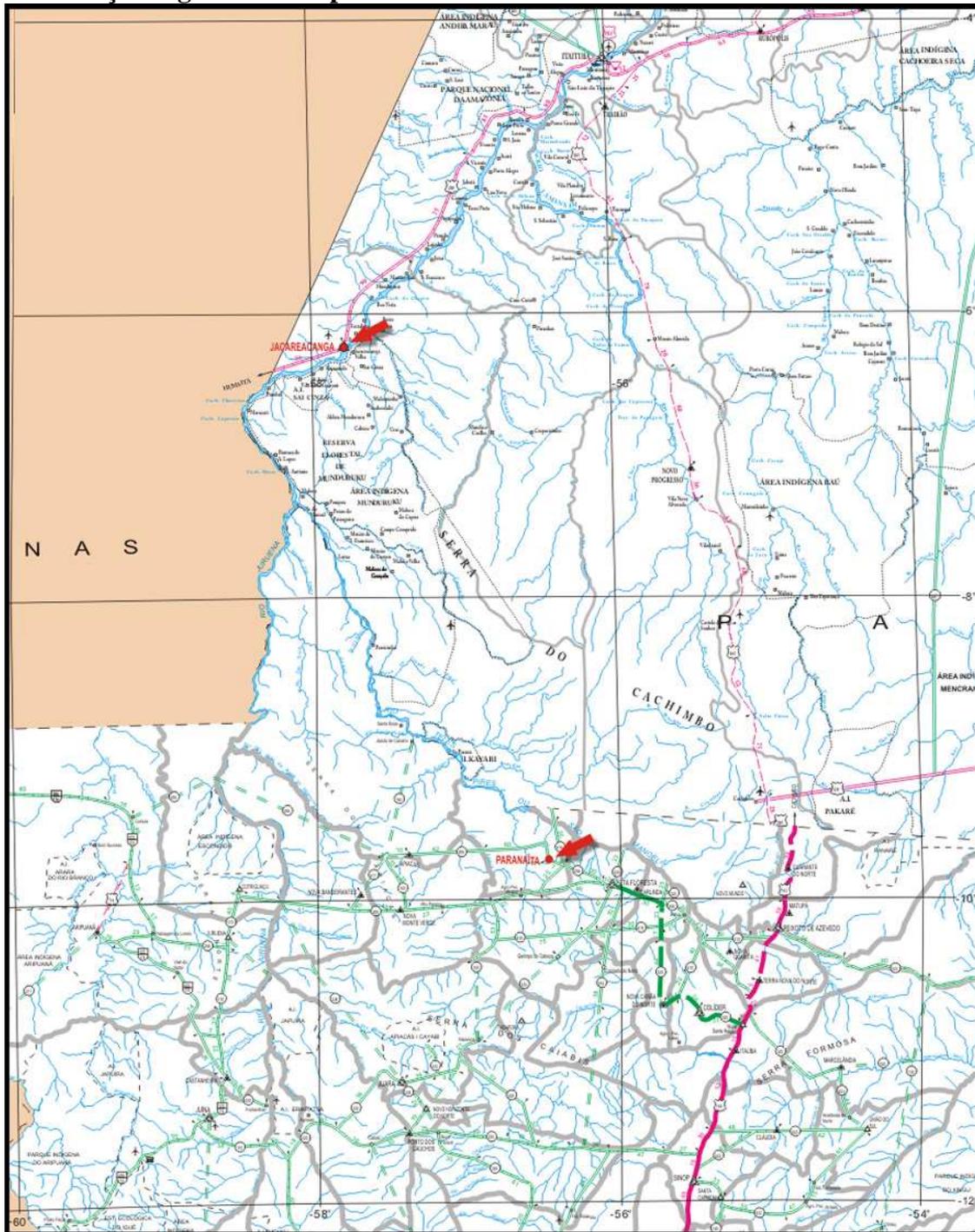


Figura 4.b
Projeto da UHE Teles Pires

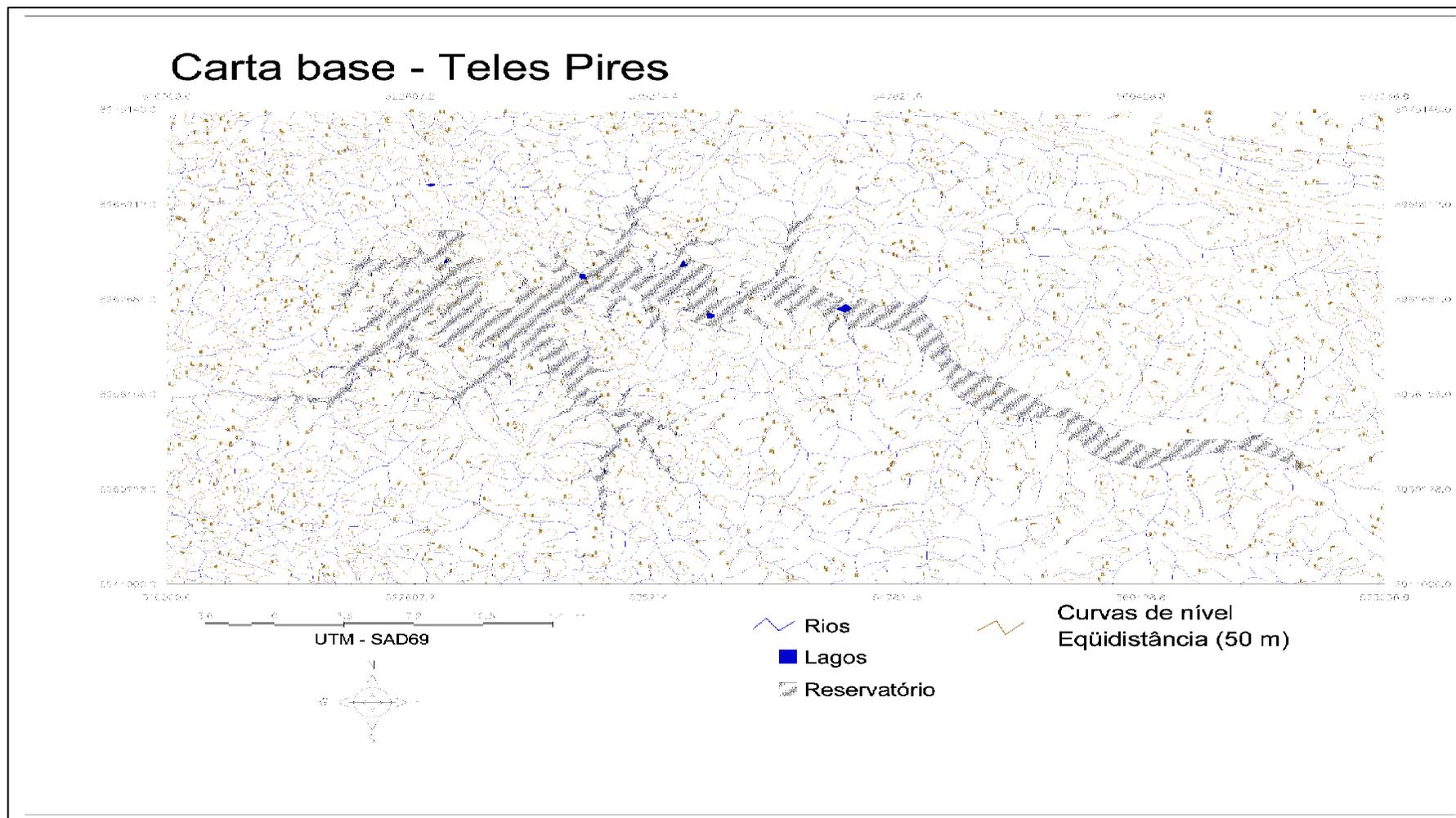
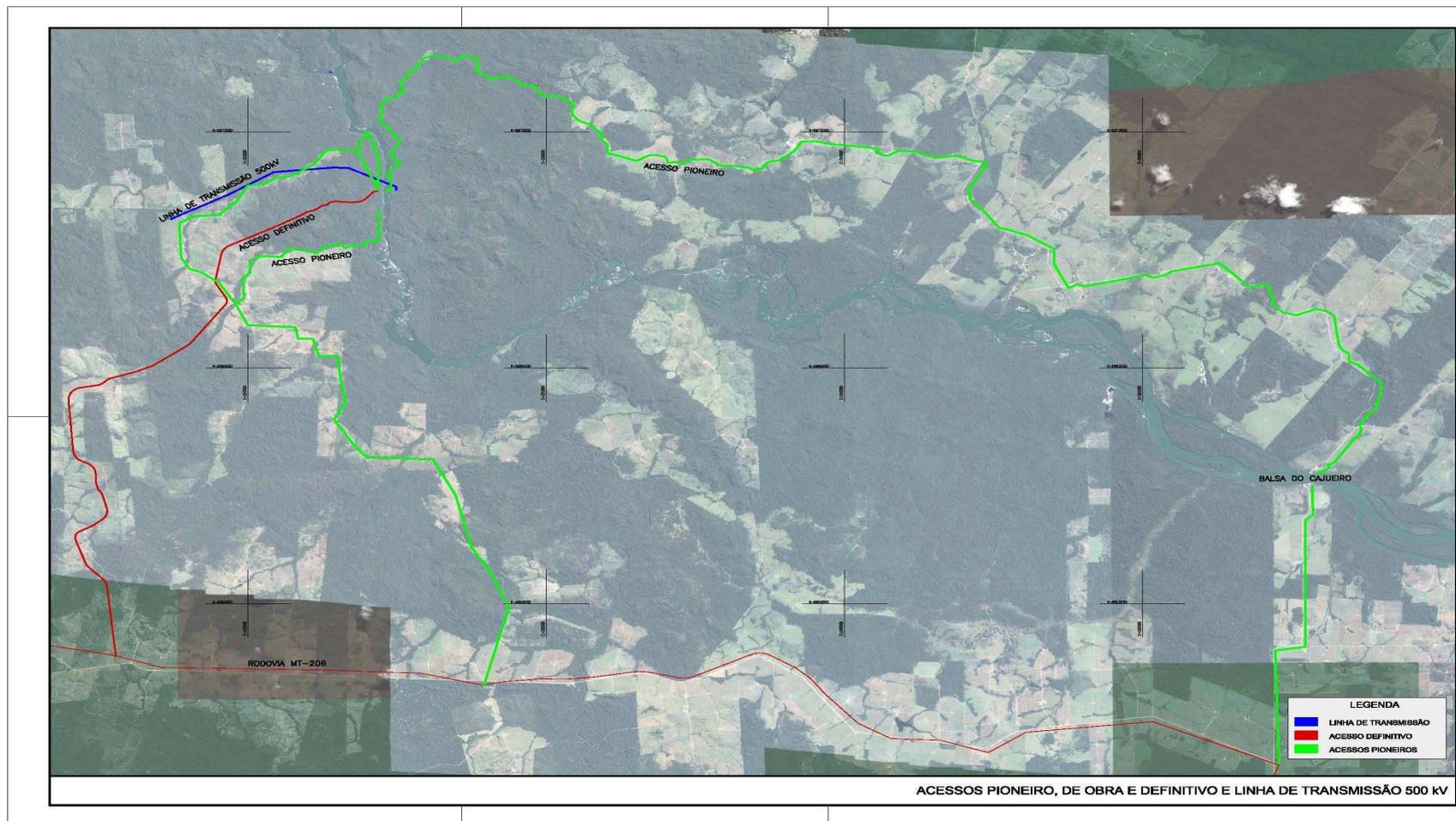


Figura 4.c
Trajeto dos acessos provisórios e definitivo



5. Base Legal e Normativa

Este Programa atende à legislação brasileira no que se refere à proteção ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural, considerando:

- O Decreto-Lei N° 25, de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- A Lei N° 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- A Constituição Federal de 1988 (artigo 216), que define o patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, garantindo sua guarda e proteção.

O Programa considera também as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- Resolução CONAMA N° 01/86, especificamente Artigo 6º, inciso I, alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do Empreendimento (LP, LI, LO).
- Resoluções CONAMA N° 1986 e N° 1988, no que se refere à realização de estudos de patrimônio arqueológico, histórico e cultural dentro de processos de licenciamento ambiental.
- Resolução CONAMA N° 07/97, que vem detalhar as atividades e produtos esperados para cada uma das fases acima citadas.
- Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (ELETROBRÁS/ELETRONORTE, março/1986), que detalha as especificidades operacionais dos programas ambientais.
- Portaria IPHAN/MinC N° 07, de 01/12/1988, que normatiza e regulamenta as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional, bem como define o acompanhamento e aprovação dos trabalhos.
- Portaria IPHAN/MinC N° 230, de 17/12/2002, que define o escopo das pesquisas a serem realizadas durante as diferentes fases de licenciamento de obra.

Cabe salientar que este Programa está sendo legalizado junto ao IPHAN, com protocolo de Projeto Científico e documentação pertinente em 09/02/2011 (ver publicação da Portaria no Diário Oficial da União **Anexo 1**).

6. Metodologia / Atividades a serem desenvolvidas

6.1 Conceituação científica e metodologia

6.1.1 Abrangência do Programa

O atendimento do patrimônio acima indicado prescinde da realização de um Programa que abranja os diferentes elementos que podem ser, genericamente, sintetizados na rubrica “Patrimônio Cultural”, sendo eles:

- Patrimônio Arqueológico, compreendendo os remanescentes físicos e locacionais na paisagem, referentes às diversas ocupações humanas que se desenvolveram na área pesquisada, em período pré-histórico;
- Patrimônio Histórico, compreendendo o estudo dos diferentes cenários sociais, econômicos e políticos de ocupação da área pesquisada, em período histórico e alcançando até as sociedades atuais;
- Patrimônio Edificado, compreendendo os bens construídos com significância histórica e/ou cultural, abrangendo não apenas os edifícios que apresentam monumentalidade (igrejas, fortificações, edifícios públicos históricos, por exemplo), mas toda e qualquer construção que represente formas tradicionais de ocupação humana;
- Patrimônio Material, compreendendo os elementos físicos materiais relacionados aos Modos de Vida da área, ou seja, as “coisas” que compõem o dia a dia das comunidades;
- Patrimônio Imaterial, compreendendo os conhecimentos tradicionais e manifestações culturais da comunidade incluindo festejos, cantos, artesanato, medicina popular, culinária tradicional, contos, superstições, etc.
- Patrimônio Paisagístico, compreendendo aspectos referentes ao ambiente físico da área ao qual se sobrepõe uma Paisagem Cultural, constituindo um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo.

Somente através de um tratamento que abranja o conjunto desses diferentes aspectos é que se poderá dar conta da diversidade e complexidade do desenvolvimento pré-histórico e histórico regional. Por outro lado, a abordagem desses diferentes patrimônios parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo, no que se refere ao tratamento das questões patrimoniais culturais:

- Democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a seu respeito;
- Ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social;
- Desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário;

- Compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas;
- Adotar o princípio de que somente com o envolvimento da sociedade, sobretudo das comunidades locais (atuando como parceiros e partícipes de todo o processo de desenvolvimento do Programa), é possível uma política patrimonial que seja durável e sustentável.

Para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo. Assim, é indispensável a integração das comunidades presentes na região, a fim de que o trabalho incorpore a maneira como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem, a priori, assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal.

Para o alcance desse objetivo, este Programa está conceitual e metodologicamente baseado no cruzamento de duas vertentes teóricas:

- Arqueologia das Paisagens Culturais (*Environmental Archaeology*), no que se refere à prática da pesquisa e do Conhecimento Científico; e
- Arqueologia Pública e Colaborativa, no que se refere ao Envolvimento da comunidade.

O texto a seguir detalha essas duas vertentes teóricas.

Arqueologia das paisagens culturais (Environmental Archaeology)

A conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. O entendimento dispensado ao que passará a ser chamado de “patrimônio paisagístico” necessita que sejam recuperados alguns elementos da conceituação de cultura e de patrimônio. Isso se faz necessário, pois é à luz da confluência entre esses três conceitos que, individualmente, se esclarecem e sustentam as definições da “paisagem”.

Como “cultura” emprega-se a conceituação a um só tempo ampla e radical, em seu sentido semântico. Cultura como “forma de fazer”, expressão múltipla do estar no mundo, ocupar, transformar, valorar, significar, construída cotidianamente e em eterna mutação pelos povos. Como “patrimônio”, dentro da trajetória de construção e transformação do conceito, adotou-se aquilo que é herdado, que é transmitido através do tempo e valorado por cada geração, ainda que essa valoração seja absolutamente dinâmica.

Com isso tem-se a terceira dimensão da questão, a da paisagem. Paisagem é, a priori, um conceito que advém da dimensão cultural da existência. Alguns teóricos tenderam a tentar classificá-la como “espaços marca” ou “espaços matriz”, buscando encontrar

nelas características consolidadas, modelares, de espaços “intocados” – portanto “naturais” – e outros espaços “apropriados” – portanto “culturais”. Todavia, a classificação do patrimônio segundo essa taxonomia dual e polarizada, o entendimento de uma “paisagem natural” e outra “cultural” parece tão frágil e insustentável quanto o restante das classificações estabelecidas sobre esses rótulos.

O ato de olhar é, por si, tanto natural (por conta de suas características biológicas, fisiológicas, etc.) quanto cultural, dadas as diversidades sensoriais permitidas pela imensa variabilidade cognitiva promovida pelas culturas. Em suma: nem todos os seres humanos, vivendo num mesmo tempo, em lugares e culturas distintas, ou mesmo ao longo do tempo, vêm da mesma forma, atentam para as mesmas coisas, percebem as mesmas nuances ou, até mesmo, as mesmas formas e cores.

Determinar, então, uma paisagem como “matriz”, por ser supostamente mais “natural”, e outra como “marca”, por ser mais “cultural”, ocultaria o fato de que, novamente, a paisagem como elemento inerente às culturas carrega “valorações” de múltiplas ordens, materiais, simbólicas, etc., e que é essa presença delas no conjunto de itens que compõe uma cultura que as tornam “patrimônios”. Natureza e cultura, assim, não podem ser compreendidas nem tratadas como dimensões independentes, mas como interdependentes, indissociáveis.

A “paisagem” enquanto “forma”, ou “objeto”, tem ainda uma segunda esfera de complicações, pelo fato de, embora seja lastreada, formada e conformada pelo meio físico, ela só é apreensível através do filtro cognitivo do qual se tratou acima. Uma fotografia, um quadro, um vídeo de uma paisagem não a é em si, mas somente uma “representação” da mesma, pois, como “ambiente”, ela carrega todas as dimensões sensoriais que as representações captam apenas lacunarmente, fragmentariamente. A paisagem é formada pela morfologia do espaço, pelas suas características topográficas, hidrográficas, etc., mas, também, pelos sons, texturas, fenômenos óticos. Além disso, as paisagens recebem valorações, simbologias, significações na estruturação das relações sociais, econômicas, políticas, carregam conjuntos de mentalidades, mitologias. As paisagens são “bens” de valor inestimável aos povos por estarem na base de suas vidas, tocando sempre nas dimensões materiais e simbólicas das mesmas. Portanto, não há paisagem sem um observador.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, apresenta diversas assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada *Arqueologia da Paisagem* (*Environmental Archaeology*). Nessa perspectiva, os estudos sobre o cenário de implantação do empreendimento aqui tratado buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial. Para os períodos de tempo mais antigos (e estudados pela Arqueologia), as paisagens culturais são inferidas a partir da análise dos remanescentes

físicos e locais dos vestígios identificados, bem como pelo seu padrão de distribuição no espaço.

Em seu desenvolvimento conceitual, a idéia de paisagem passa a constituir matéria de análise e interesse das mais diversas áreas do conhecimento, como a geografia, antropologia, arquitetura e turismo, entre outras. Isso acaba por lhe conferir diversas interpretações e graus de importância, tanto em seus aspectos naturais como culturais. Como não podia deixar de ser, a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a interdisciplinaridade, acabou por se constituir o campo ideal para a convergência de todas essas perspectivas.

Considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada *Arqueologia da Paisagem*. “A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores ao longo do tempo” (MENESES, 2002:30). Nessa diretriz, Criado (1999:6) assinalou que a Arqueologia da Paisagem pode ser vista como uma linha de pesquisas arqueológicas orientadas para “... *el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia*”.

Assim, o meio ambiente é analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearam o cenário de implantação do empreendimento em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois, ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema, procura tratar seus componentes de interação.

Em resumo, o entendimento do *design* da ocupação humana na região da UHE Teles Pires propicia reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sócio-cultural e econômico das comunidades, ao longo do tempo, na busca de uma convergência entre Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

Arqueologia Pública e Colaborativa

À medida que a Arqueologia foi se firmando enquanto disciplina (especialmente a partir do século XIX), o estudo e interpretação da história humana constitui domínio e atribuição de profissionais cientistas, em busca de um “passado objetivo real”. A própria terminologia cada vez mais técnica da Arqueologia, em boa parte adquirida através da conceituação teórica da *New Archaeology*, já no século XX, perpetua a mistificação da

disciplina, e sua prática pressupõe uma crescente alienação junto ao público, fazendo crer que pouco há para ser aprendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

Dos colecionadores de peças exóticas da Antiguidade aos dias atuais, a Arqueologia não foi apenas capaz de acumular um conhecimento respeitável sobre o passado humano; discutiu incansavelmente, também, sua responsabilidade ética sobre este passado, à medida que apontava novas e mais abrangentes perspectivas de abordar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Observou-se assim, a partir da década de 1980, uma crescente preocupação no cenário internacional com os aspectos públicos da disciplina.

Esse movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas a cuja herança histórica e cultural esses vestígios se relacionam. Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil, esse momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À Arqueologia abrem-se oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista referentes à herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma mudança de postura com respeito ao “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. Hoje entende-se não ser mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado “Ciência”, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas, novas abordagens, novas discussões. Assim, o *turning point* da Arqueologia pode ser sintetizado em uma única palavra: sociedade. Tem-se, assim, uma mudança essencial de foco, onde a Arqueologia deixa de ser uma ciência com olhar voltado ao passado para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro. Esta perspectiva é definida pela “Arqueologia Colaborativa”, que visa a desenvolver ações não mais para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento – uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar, fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que fazem com que muitas pessoas sintam-se próximas a ela. Isso se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema.

Hoje, a sociedade tem necessidade de ser competente num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando às pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo. Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania.

De fato, não existe um público a considerar, mas vários. Deve-se refletir sobre a maneira como a sociedade posiciona-se com relação ao seu passado: qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história? Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nesses tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as idéias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Se se deseja obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então há necessidade de reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder, mostra-se necessário reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar atrelado à história local, construindo um elo de percepção junto ao público. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros. Por outro lado, a mensagem deve também conter dados sobre a importância desse patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando a sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso do Brasil, assim como nos países colonizados em geral, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é frequente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo essa a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou esse patrimônio. Assim, será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de trabalhos com base na comunidade, de forma não

excludente e não hierárquica e dedicado a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação. Trabalhando em conjunto com a comunidade, o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica, contribuindo para o manejo sustentável da cultura.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” tornou-se palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos períodos de tempo. Dessa forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Nesse sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica, e não baseada em estruturas estáticas.

Finalmente, vale salientar que, pela sua própria natureza e característica, este Programa Cultural não é - e nem poderia ser - um produto acabado e fechado. Ao contrário, sua elaboração incluiu o conceito de melhoria continuada, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde o empreendimento está localizado, os avanços das várias tecnologias envolvidas e as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores envolvidos (e especialmente com a comunidade).

6.2 Atividades a serem desenvolvidas

As atividades apresentadas ao longo desta Seção atendem às macro-ações estabelecidas pelo IPHAN no Ofício N° 106/10 – CNA/DEPAN/IPHAN, de 06/04/2010, onde é indicado o escopo a ser desenvolvido pelo presente Programa (apresentado em 9 itens), a saber:

1. Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Prospecção e Resgate a ser implantado antes do início das obras.
2. Elaboração de um programa de mapeamento, cadastro e avaliação dos sítios arqueológicos/históricos presentes na borda e na área de APP do futuro reservatório, para criação de uma Reserva Arqueológica a integrar as áreas de proteção

- permanente. Estes sítios deverão fazer parte de um Programa de Monitoramento a ser desenvolvido durante toda a vida útil do reservatório.
3. Elaboração e desenvolvimento de um Projeto de Monitoramento durante a execução das obras.
 4. Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Educação Patrimonial que envolva a comunidade.
 5. Construção de uma Casa de Cultura em cada município da AID do empreendimento, que deverá abrigar o acervo gerado pelas pesquisas com exposição permanente dos resultados.
 6. Elaboração e desenvolvimento de um Programa de Registro e Valoração Histórico/Cultural da região.
 7. Desenvolvimento de estudos de cultura material, incluindo o registro de peças existentes em coleções públicas e particulares, que permitam complementar e enriquecer a documentação.
 8. Levantamento e registro da cultura imaterial junto à comunidade dos municípios envolvidos.
 9. Publicação final dos trabalhos em formato impresso e digital visando diferentes públicos (comunidade local, comunidade científica).

As Seções a seguir detalham as ações previstas pelo Programa para cada um dos itens acima citados. Em alguns casos os itens serão tratados em conjunto, considerando afinidades tanto científicas quanto operacionais.

6.2.1 Programa de Prospecção e Resgate (Item 1)

Engloba um conjunto de atividades ordenadas em ações de prospecção, ações de resgate e estudos de laboratório, conforme segue.

Ações de prospecção

- Detalhamento do Zoneamento Arqueológico da área, com estabelecimento de unidades de terreno para prospecções intensivas de varredura (unidades amostrais) e prospecções extensivas.
- Indicação dos tipos de vestígios esperados para cada terreno, bem como metodologias específicas de levantamento considerando tanto as variáveis físicas dos terrenos a serem investigados, quanto as necessidades científicas de tratamento ao patrimônio envolvido.
- Aplicação de metodologia amostral de prospecções de campo, com levantamentos sistemáticos de varredura nas unidades amostrais definidas, que deverão somar 30% do total da ADA (canteiros, alojamento e outras infraestruturas de apoio, reservatório, acessos e outros). Aplicação de malha de prospecção com linhas de caminamento de 50 metros de distância, e abertura de poços-teste a cada 50 m de linha percorrida.
- Levantamentos extensivos amostrais oportunistas nos demais 70% da ADA, incluindo abertura de poços-teste em terrenos com características paisagísticas distintas, visando a abranger a diversidade de formas de ocupação humana que se desenvolveram na região.

- Aplicação de levantamentos extensivos amostrais na AID, visando a obter um quadro de referência e contextualização científica para os sítios arqueológicos e patrimônio histórico/cultural presentes na ADA.
- Realização de coletas padronizadas de material arqueológico, que permitam potencializar o conhecimento científico gerado e o tratamento estatístico dos acervos;
- Realização sistemática e continuada de avaliações de resultados, visando a alimentar e melhorar o modelo de conhecimento e pesquisa da área. Dessa forma, o Zoneamento Arqueológico prévio será constantemente retroalimentado, ampliado e/ou ajustado, produzindo ciência e conhecimento desde a partida.
- Cada sítio arqueológico identificado será ainda registrado em Fichas de campo contendo especialmente dados de morfologia, extensão, tipos de vestígios associados e estado de conservação, incluindo documentação fotográfica, videográfica e plotagem nas cartografias do Programa.

Ações de resgate

- Em todos os sítios arqueológicos identificados serão realizadas ações de pesquisa, sendo que sua intensidade variará segundo critérios de exclusividade, significância científica e estado de conservação.
- Em todos os sítios será realizado detalhamento no cadastro através da Ficha de Sítio, com elaboração de planta contendo mapeamento dos vestígios arqueológicos em superfície, coleta amostral de superfície, implantação de eixos de poços-teste para delimitação do pacote arqueológico e abertura de sondagem de 1 m² para análises de estratigrafia.
- Em sítios selecionados segundo os critérios acima definidos será feito detalhamento de pesquisa através de procedimentos diversos, analisados caso a caso e compreendendo as seguintes ações, isoladas ou em conjunto: coleta total de superfície, abertura de maior número de sondagens, abertura de trincheiras, abertura de áreas amplas de escavação. Esse trabalho será acrescido por ampla documentação gráfica e fotográfica.
- Especial atenção será dada na coleta de material para datação arqueológica absoluta, visando a obter dados sobre a cronologia das ocupações tratadas.

Trabalhos de laboratório

- Organização dos materiais e informações coletados em campo (sistematização de fichas, banco de imagens, elaboração de mapas, perfis estratigráficos, plantas etc.);
- Curadoria dos acervos arqueológicos coletados incluindo triagem, lavagem, numeração, reconstituições, inventário e acondicionamento;
- Análise científica dos acervos, incluindo testes estatísticos, desenhos e fotos de peças diagnósticas;
- Curadoria de amostras coletadas de material para datação, seleção e envio para análise em laboratório especializado.

6.2.2 Cadastro, avaliação e monitoramento arqueológico da APP do reservatório (Item 2)

O atendimento a este item compreende as seguintes atividades, que acompanham as diretrizes gerais de prospecção e tratamento do patrimônio arqueológico em toda a área de influência da UHE Teles Pires:

- Elaboração de Zoneamento Arqueológico da APP do reservatório, com estabelecimento de porções de alto, médio e baixo potencial;
- Estabelecimento de metodologia de prospecção, com definição de unidades de terreno para prospecções intensivas de varredura e prospecções extensivas;
- Indicação dos tipos de vestígios esperados para cada terreno, bem como metodologias específicas de levantamento considerando tanto as variáveis físicas dos terrenos a serem investigados, quanto as necessidades científicas de tratamento ao patrimônio envolvido;
- Aplicação de metodologia amostral de prospecções de campo, com levantamentos sistemáticos de varredura nas unidades amostrais definidas, que deverão somar 30% do total da APP. Aplicação de malha de prospecção com linhas de caminamento de 50 metros de distância, e abertura de poços-teste a cada 50 m de linha percorrida;
- Levantamentos extensivos amostrais oportunistas nos demais 70% da APP, incluindo abertura de poços-teste em terrenos com características paisagísticas distintas, visando a abranger a diversidade de formas de ocupação humana que se desenvolveram na região;
- Realização de cadastro do patrimônio arqueológico, histórico e cultural identificado na APP;
- Elaboração de cartografia georreferenciada (base Google e base GIS) em Plataforma Eletrônica de Gestão, com localização e caracterização do patrimônio identificado;
- Poderão ser realizadas pesquisas científicas em sítios arqueológicos que apresentem alto potencial informativo, visando a ampliar o conhecimento arqueológico obtido nas áreas dos Canteiros e outras áreas de apoio e Reservatório. Vale ressaltar que, em consonância com o objetivo maior deste Item (a saber, a conservação da matriz arqueológica presente na APP do reservatório para implementação de Reserva), toda intervenção visará a alterar minimamente os sítios, com abertura de áreas restritas e pontuais de escavação e coleta de materiais selecionados.
- Análise de significância científica do patrimônio cadastrado, incluindo avaliação de riscos em relação à operação da UHE;
- Como resultado, será elaborado um Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico da APP do reservatório da UHE Teles Pires, que conterà, como um de seus produtos, indicação dos monitoramentos futuros a serem realizados, após enchimento do reservatório (incluindo periodicidade, abrangência, metodologia, procedimentos e produtos);
- O resultado desse trabalho será continuamente inserido nos instrumentos de controle do Programa, bem como nas ferramentas educativas e de divulgação descritas mais adiante, visando à ampliação continuada dos conhecimentos e sua disponibilização e extroversão ao público em geral.

6.2.3 Monitoramento arqueológico durante as obras (Item 3)

Compreende o acompanhamento das obras através de vistorias de terreno e reuniões técnicas. Esta ação iniciará após conclusão das etapas de prospecção e resgate na área dos Canteiros e outras áreas e instalações de apoio, incluindo os acessos (primeiras áreas a serem tratadas pelo Programa), como medida complementar. Será, posteriormente, ampliado para a área do reservatório durante as ações de supressão de vegetação.

- **Metodologia:** análises de terreno e estratigrafias expostas pelas obras e/ou ações de supressão de vegetação; coleta de possíveis vestígios arqueológicos adicionais evidenciados e seu respectivo tratamento laboratorial; cruzamento das informações com as pesquisas preventivas anteriores (prospecção e resgate); incorporação dos dados na Gestão de Conhecimento do Programa; elaboração e entrega de Relatório de Monitoramento que integrará os relatórios já previstos pelo Programa, na forma de capítulos específicos.
- **Duração:** durante desenvolvimento da obra nos canteiros e outras instalações de apoio e durante a supressão de vegetação, especificamente durante ações que resultem na abertura e revolvimento de terreno.
- **Resultados:** acompanhamento continuado das obras e tratamento do possível patrimônio identificado.

6.2.4 Programa de educação patrimonial e divulgação (Itens 4 e 9)

Este item abrange as diferentes atividades de envolvimento da comunidade local, divulgação e educação patrimonial, dentro da perspectiva de Arqueologia Colaborativa que norteia o Programa, visando a:

- Envolver a comunidade na produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural regional, considerando suas perspectivas de valorização e preservação;
- Apresentar à comunidade os resultados alcançados pelas pesquisas, objetivando sua incorporação à identidade cultural regional;
- Produzir material científico relativo aos Modos de Vida da região, passados e presentes (Ciência Aplicada), a ser divulgado junto à comunidade local, comunidade científica nacional e internacional;
- Gestão do Conhecimento em Plataformas Eletrônicas de *E-Science* e *Coworking*;
- Fornecimento de subsídios aos órgãos públicos que contribuam para o gerenciamento (atual e futuro) do patrimônio cultural abordado.

Vale salientar que as ações e produtos descritos a seguir serão desenvolvidos e implementados desde o início do Programa, de forma continuada e contando com o envolvimento da comunidade, visando à prática de uma Ciência Aplicada e de um trabalho conjunto ao longo de todo o Programa, conforme diretrizes anteriormente descritas. Essas atividades abrangem:

Arqueo@Parque

- Atividade: integração dos resultados da pesquisa na Plataforma eletrônica permanente da empresa DOCUMENTO, para acesso e integração do público em geral e acadêmico. Destaca-se, nesta ferramenta, o item “Modos de Vida”, onde os diferentes cenários de ocupação humana são apresentados na forma de paisagens culturais, com navegação em ambientes que integram os conhecimentos e os bancos de dados do projeto. Destaca-se, ainda, entre diversos itens integrantes no Arqueo@Parque, a “Sala de Aula”, com materiais para subsídio a educadores, bem como Cartilhas Patrimoniais, Ferramentas Educativas, entre outros. Assim, os dados resultantes do presente Programa integram-se em conhecimentos para todo o território nacional, ampliando sua aplicação e valorização.
- Público alvo: comunidade em geral.
- Metodologia: esta Plataforma integra as demais ferramentas previstas para o Programa, como o Museu Virtual, Fale Conosco, Cartilhas Educativas, etc. Traz de forma lúdica o resultado das pesquisas.
- Duração: a ferramenta é mantida de forma contínua.
- Resultado: alimentação de plataforma que constitua veículo de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar resultados da pesquisa, ampliar o envolvimento da comunidade e o próprio conhecimento nacional e internacional sobre sua história e pré-história da área do empreendimento.

Fale Conosco

- Atividade: uso de ferramentas de comunicação visando ao acolhimento de dados, opiniões e depoimentos sobre o Programa de Gestão do Patrimônio Cultural, na construção de uma memória coletiva.
- Público alvo: comunidade em geral.
- Metodologia: endereço de *skype*, *twitter*, *facebook*, *blog*, *fone* e *site*.
- Duração: ao longo da duração do Programa.
- Resultado: implantação de plataformas que constituam veículos de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar dados do Programa e calendário de ações em andamento.

Exposições Oficina

- Atividade: promoção de debates, fóruns de discussão e atividades ligadas ao patrimônio cultural regional. Inclui exposições com objetivo de divulgar o Programa Patrimonial, seu conteúdo e resultados aos interessados em geral, com mostra de painéis apoiados em recursos multimídia.
- Público alvo: grupos sociais localizados na área de entorno do reservatório. Serão buscadas parcerias com organizações que já desenvolvam trabalhos ou constituam centros de referência para essas comunidades (escolas, associações, grupos, etc.).
- Metodologia: são previstas 10 oficinas para o Programa, distribuídas entre os 2 municípios tratados (Paranaíta e Jacareacanga). As oficinas privilegiarão atividades que estimulem os participantes a refletir sobre o patrimônio cultural por meio de

atividades em grupo, atividades lúdicas, passeios culturais, palestras, tomada de entrevistas e depoimentos, distribuição de material de apoio.

- **Resultado:** participação da comunidade na definição e reflexão do patrimônio cultural presente na região do empreendimento, no presente e no futuro.

Museu Virtual

- **Atividade:** aplicação de Plataforma da DOCUMENTO para acesso do público em geral e acadêmico, que apóie o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura material. Este produto estará ligado ao Arqueo@Parque.
- **Metodologia:** pesquisa e aplicação de ferramenta multimídia com disponibilização de fotos e/ou vídeo de acervo selecionado, elaboração de legendas científicas, alimentação e atualização continuada da plataforma.
- **Resultado:** Museu Virtual em plataforma eletrônica (Internet). Divulgação e extroversão permanente do acervo gerado pelas pesquisas.

Cartilha Patrimonial

- **Atividade:** elaboração de plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa. De linguagem corrente (não técnica) e privilegiando imagens, fotos, figuras e mapas, a cartilha busca despertar o interesse da comunidade para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural regional, com ênfase nas pesquisas e nos resultados obtidos através do Programa.
- **Público alvo:** estudantil (1ª a 4ª série do ensino fundamental).
- **Resultado:** elaboração da Cartilha em meio digital (Internet). Divulgação do Programa para público infantil. Inserção nas Mídias Sociais do Programa (*Blog*, Arqueo@Parque) e distribuição impressa.

Publicação Científica

- **Atividade:** plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa voltada para a comunidade científica, contribuindo para ampliar o conhecimento da pré-história e da história nacional, e da região de estudo em particular.
- **Público alvo:** meio acadêmico (bibliotecas, instituições de pesquisas, profissionais em arqueologia, história e patrimônio cultural, instituições públicas).
- **Resultado:** elaboração de publicação em meio digital (Internet) e impressa.

Gestão de Conhecimento

- **Atividade:** tratamento do banco de dados documentais (gráficos, cartográficos, iconográficos, fotográficos e videográficos) das ações desenvolvidas na área, voltado à sua divulgação e disponibilização. No que se refere ao tratamento espacial, serão utilizadas ferramentas de visualização *Google Maps* e *Google Earth*, para disponibilização de acesso.
- **Metodologia:** montagem de data-base, organização dos dados por categoria, definição de trilhas de acesso.

- **Resultado:** data-base do Programa de Gestão na forma de Plataforma Multimídia/CD.

O conjunto destas ações visa a garantir que os contextos arqueológicos impactados direta ou indiretamente pelo empreendimento sejam efetivamente incorporados à Memória Nacional, conforme prevê a Portaria IPHAN N° 230/02.

6.2.5 Construção de Casa de Cultura em Jacareacanga e Paranaíta, com abrigo do acervo gerado pelas pesquisas e exposição permanente dos resultados (Item 5)

O texto que segue traz as diretrizes gerais de estruturação e implementação das Casas de Cultura. Os itens referentes à construção, equipamento, montagem e operacionalização desses edifícios (incluindo a exposição permanente) serão apresentados oportunamente, no formato de Projeto Executivo, uma vez que dependem de parcerias a serem firmadas junto às Prefeituras e de avaliações junto às comunidades envolvidas.

Todas as ações indicadas a seguir deverão ser integralmente acompanhadas, analisadas e aprovadas pelo IPHAN, visando a garantir que a construção das Casas de Cultura atenda efetivamente à demanda definida pelo órgão federal enquanto medida para a construção da UHE Teles Pires.

Estruturação

Uma Casa de Cultura deve primar por ser um espaço multiuso, de maneira que possa atender a diferentes demandas e atividades que venham a ser realizadas: exposições permanentes ou itinerantes, palestras, exposições, feiras de artesanato, apresentações, reuniões diversas, entre outros. Desta forma, vãos livres e equipamentos remanejáveis devem ser privilegiados, permitindo a versatilidade de funções. Os espaços devem ser arejados e com acesso facilitado (inclusive para pessoas com necessidades especiais). Assim, a estrutura básica das Casas de Cultura deverá abrigar as áreas dispostas no **Quadro 6.2.5.a**, a seguir:

Quadro 6.2.5.a

Itens que deverão compor as Casas de Cultura

Item	Especificação e recomendações
Espaço Cultural	Espaço multiuso, em vão livre, que permita ajustes conforme o evento cultural. Sugere-se sala bastante arejada, grandes janelas, portas duplas. Com sanitários fem/masc, incluindo reservados para cadeirantes.
Biblioteca	Espaço com prateleiras para e também mesas de consulta. Ar condicionado integral.
Área para Exposição	Preferencialmente sem janelas ou entradas de luz natural, permitindo cenografias diversificadas conforme exposição. Ar condicionado integral.

Quadro 6.2.5.a**Itens que deverão compor as Casas de Cultura**

Item	Especificação e recomendações
Reserva Técnica	Sugere-se espaço em vão livre incluindo pias e bancadas para preparo e limpeza do acervo. Este espaço deverá ter janelas somente na parte superior (faixa de janelas próxima ao forro). Deverá ter ar condicionado, desumidificador, termostato e higienizador. Entrada principal com porta larga (dupla) para entrada de peças maiores. Todas as portas e janelas devem ser em esquadria metálica. No caso das janelas, com grades de proteção.
Anfiteatro/ Sala de projeção Multimídia	Ar condicionado integral. Com sanitários fem/masc, incluindo reservados para cadeirantes.

Além dos itens do Quadro, as Casas de Cultura deverão abrigar as seguintes estruturas complementares/de apoio:

- *Hall* de recepção, para primeiro atendimento dos grupos de visitantes. Trata-se de um espaço coberto, mas aberto, com bebedouros, cadeiras para possível grupo e idosos, banheiros;
- Escritórios para equipe administrativa e técnicos;
- Copa/cozinha/vestiário para equipe de profissionais da Casa de Cultura;
- Sanitários feminino/masculino, incluindo reservados para cadeirantes, para os espaços que não apresentarem esses equipamentos já anexos;
- Todos os espaços devem considerar acesso para pessoas com necessidades especiais;
- Paisagismo externo incluindo local para estacionamento (veículos e ônibus de visitantes) e placas indicativas.

Funcionamento e manutenção

Deverão ser realizadas tratativas e documentações específicas definindo responsabilidades ligadas ao funcionamento e manutenção das Casas de Cultura, depois de construídas e doadas às Prefeituras Municipais. Isso abrange também a contratação e treinamento de seus futuros profissionais. Para tanto, deverá ser feita análise da legislação municipal vigente, uma vez que as Casas de Cultura devem ser reconhecidas como áreas e equipamentos ligados ao poder público, de forma a terem garantidos seu funcionamento e manutenção.

6.2.6 Ações de pesquisa em Patrimônio Histórico e Cultural (material e imaterial) (Itens 6, 7 e 8)

- Nos estudos sobre o Patrimônio Histórico e Cultural serão realizados levantamentos direcionados para a identificação de exemplares do patrimônio edificado, material e imaterial, sobretudo procurando promover a integração dos componentes do Patrimônio Cultural com a comunidade diretamente envolvida na área de abrangência do empreendimento.

- Em relação ao patrimônio histórico edificado, um dos principais objetivos será compreender e avaliar os processos de transformação do espaço ocorrida na região. Imóveis selecionados serão objeto de inventário, tendo por base o registro fotográfico, levantamento arquitetônico, elaboração de croquis, pesquisa documental e análise de cartas temáticas, de forma a obter dados aptos a fornecer um panorama sobre o quadro de ocupação ocorrido na região e seu patrimônio edificado.
- Em relação ao patrimônio cultural de natureza imaterial, será realizado o Inventário amostral das referências culturais das comunidades, em consonância com as diretrizes da UNESCO, que define o patrimônio cultural e imaterial como sendo o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, fruto da criação coletiva que emana de uma comunidade.
- As pesquisas terão por objetivo realizar um diagnóstico amostral dos elementos do patrimônio cultural e imaterial presente na área em questão, privilegiando, sobretudo, testemunhos do “saber fazer” regional, e que reflitam o cotidiano sócio-cultural das comunidades locais. Esses levantamentos (que aliam pesquisas científicas com o cadastro de conhecimentos tradicionais) visam a apresentar os diferentes Modos de Vida das comunidades e sua relação espacial (Paisagens Culturais), de acordo com as diretrizes teóricas que norteiam o Programa.
- Por outro lado, considerando que as comunidades atribuem valores a determinados cenários paisagísticos, será realizado um registro amostral de lugares que, para a população local, incorporem valor simbólico e/ou afetivo, constituindo referência cultural e valor agregado à identidade de determinado segmento social. Para tanto, além dos trabalhos sistemáticos de campo, serão realizadas entrevistas com os membros da comunidade, possibilitando integração, bem como a democratização das informações.
- Durante todo o Programa será feito acolhimento de recomendações, expectativas, avaliações de tratamento e preservação do Patrimônio Cultural local. Desse modo, a manifestação contemporânea dessas comunidades poderá receber a compreensão que revela sua perspectiva histórica, ligando processos passados aos presentes.
- Cabe ressaltar que a disponibilização dos dados e resultados obtidos ocorrerá mediante a elaboração de SIG (Sistema de Informações Geográficas) e bases *Google Earth* e *Google Maps* específico para o projeto em questão, viabilizando a integração do programa com outros correlatos, com objetivo de obter a colaboração da comunidade científica e comunitária na produção de conhecimento e na democratização das informações.
- Ao longo destas ações será feito uso intensivo de Mídias Sociais no registro de conhecimentos e no apoio e divulgação de práticas, eventos e atividades ligadas aos conhecimentos históricos tradicionais.

7. Indicadores de Desempenho

7.1 Indicadores

Durante a implantação do Programa, o acompanhamento será feito a partir dos seguintes indicadores, conforme demonstra o **Quadro 7.1.a**, a seguir:

Quadro 7.1.a

Indicadores de desempenho do Programa

Etapas de desenvolvimento do Programa	Indicadores: resultados previstos e produtos
Prospecções arqueológicas	Áreas percorridas, patrimônio cadastrado, relatórios de conteúdo.
Resgate Arqueológico	Execução das pesquisas nos sítios arqueológicos identificados e finalização das ações, relatórios de conteúdo.
Envolvimento da comunidade, Educação Patrimonial	Participação da comunidade; avaliação de resultados.
Pesquisas de Patrimônio Histórico e Cultural	Participação das comunidades, relatórios de conteúdo.
Análises e estudos de laboratório / gabinete	Tratamento do acervo documental e material obtido durante os trabalhos de campo. Geração de Conhecimento. Relatórios de conteúdo. Elaboração e entrega de Relatório Final, protocolo junto ao IPHAN/MinC. Obtenção de parecer de avaliação do IPHAN/MinC.

Considerando as etapas de pesquisa anteriormente definidas e descritas, o acompanhamento dos trabalhos deverá ocorrer na forma de relatórios parciais de andamento. Esses relatórios deverão trazer as ações realizadas e concluídas, análise de andamento do cronograma e previsão de ações para o próximo período, permitindo um acompanhamento e avaliação continuada das etapas de implantação do Programa.

7.2 Gerenciamento do Programa e controle de qualidade

O gerenciamento de ações e controle de qualidade do Programa serão feitos por meio de duas ferramentas: o GP3 e o *Adaptive Management*.

O GP3 constitui uma plataforma que permite acompanhamento *on line* do Programa através de senha personalizada, fornecendo uma visão das macro-ações e seu posicionamento cronológico.

O *Adaptive Management* corresponde a uma ferramenta de maior detalhe, incluindo organogramas complexos, controles diários de ações e equipes, gráficos de alcance, entre outros.

Assim, cada ferramenta visa a atender demandas e contextos distintos, conforme detalhado a seguir.

7.2.1 Plataforma eletrônica GP3

- **Objetivo:** otimizar tarefas de gestão de qualidade, de projetos e de atividades em equipes de trabalho.
- **Ação:**
 - Consulta via Internet por meio de senha personalizada (acesso restrito ao Cliente) incluindo: portarias e processo IPHAN, ofícios e documentação geral do

Programa, cronograma com indicação detalhada dos estágios da pesquisa, equipes locais, relatórios parciais e finais, equipes alocadas, contatos.

- Gestão da segurança de informação através do desenvolvimento das fases do Programa, com Controles e Trilhas de Auditoria.

- Compatibilização dos controles e resultados do projeto aos Programas de Qualidade da empresa, eliminando riscos de não conformidade.

- Resultado: transparência e valorização dos produtos.

7.2.2 Adaptive Management

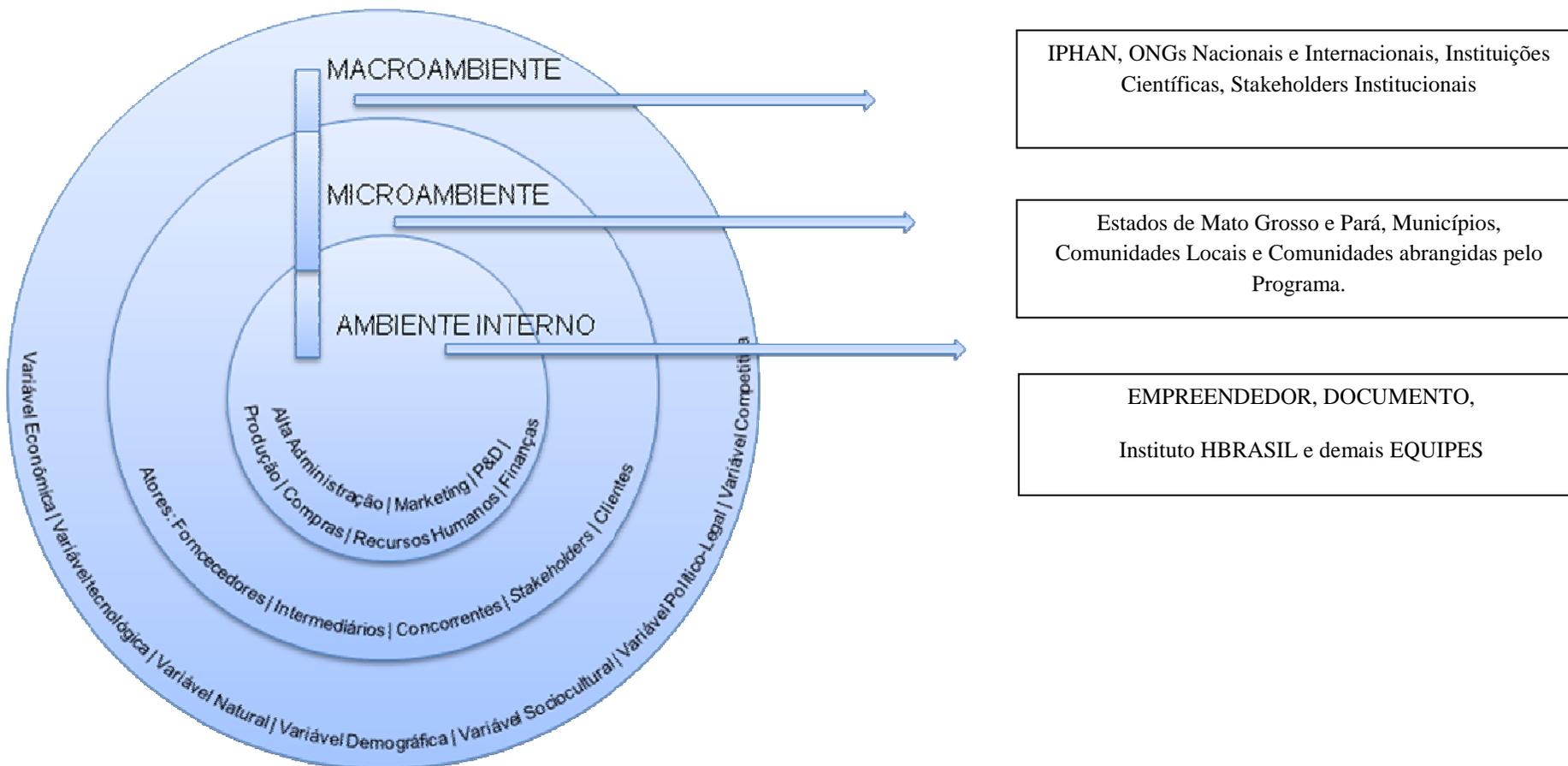
As ações envolvidas no desenvolvimento deste Programa serão organizadas e estruturadas em um Plano de Trabalho. Para tanto, serão utilizadas as diretrizes do modelo de gestão denominado *Adaptive Management* (para uma síntese, vide SALAFSKY, MARGOLUIS & REDFORD, 2001), dentro de um modelo desenvolvido para exceção e monitoramento de projetos científicos, aqui voltados ao Patrimônio Cultural.

Esta metodologia visa não apenas a organizar as diversas tarefas abrangidas para alcance dos objetivos propostos, mas, especialmente, descrever as prioridades de cada atividade, seus riscos e efeitos operacionais e científicos, dentro de um processo dinâmico de melhoria continuada.

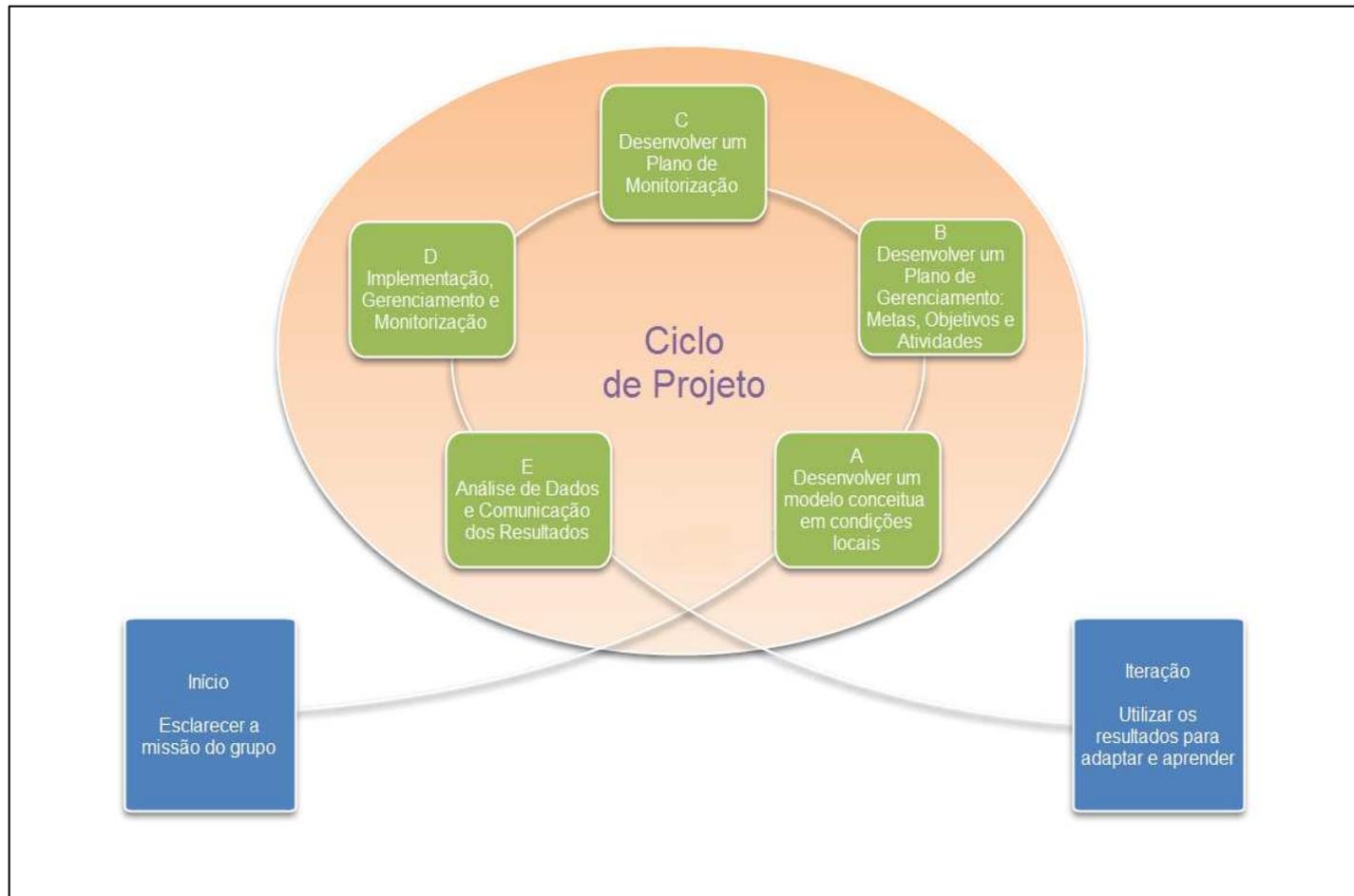
A ferramenta de *Adaptive Management* visa, por outro lado, a inserir variáveis de controle e avaliação para usos futuros dos conhecimentos obtidos, dentro de uma perspectiva de conservação dos recursos culturais envolvidos e disponibilização tangível de seus resultados. Vale salientar que esta ferramenta tem como origem o desenvolvimento de métodos científicos formais, especialmente aqueles relacionados com contextos complexos e que envolvam diferentes grupos de interesse (*stakeholders*). Nestes casos, não raro o andamento dos trabalhos resulta em grande diversidade e quantidade de variáveis, potencializando o desvio de objetivos e perda de foco. Este risco busca ser controlado pelo *Adaptive Management* através da avaliação continuada do ciclo do projeto e dos gatilhos de avaliação.

Assim, *Adaptive Management* constitui uma via que incorpora reflexão em ação, visando a promover a prática da conservação e do aprendizado. Os **Quadros 7.2.2.a a 7.2.2.d** trazem o esquema conceitual geral desta ferramenta. Já o **Anexo 2** traz o planejamento completo do presente Programa na ferramenta *Adaptive Management*.

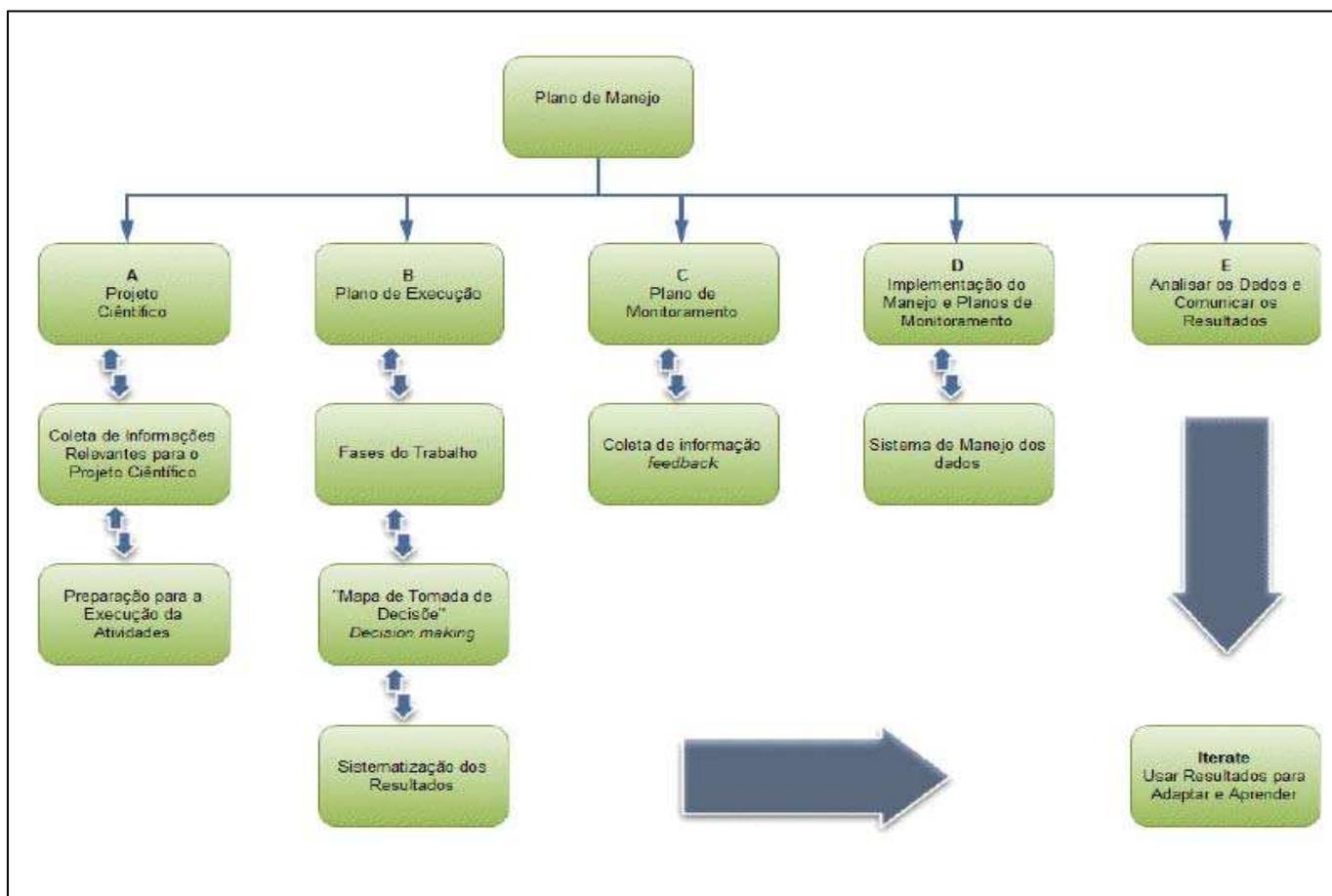
Quadro 7.2.2.a Comunidades envolvidas



Quadro 7.2.2.b
Modelo geral de *Adaptive Management*



Quadro 7.2.2.c
Estrutura de planejamento e monitoria de atividades



Quadro 7.2.2.d**Estrutura de planejamento e monitoria de atividades**

Indicador		Ferramenta			Responsável	Meta	
Descrição	Definição do Indicador	Base de Dados	Ferramenta de Coleta	Composição do Indicador	Análise do Indicador	Aplicação	Conteúdo
Atendimento Práticas da UNESCO IFC IAIA IPHAN	Patrimônio Arqueológico	EIA/RIMA/PBA CNSA / IPHAN Bibliografia Cartografia Iconografia Levantamentos campo Saberes comunidade	Pesquisa e sistematização Cartografia GIS Prospecções e resgate arqueológico Mídias sociais Envolvimento da Comunidade	Profissionais de: Arqueologia, Patrimônio Hist/Cult., Gestão, Educação, Laboratório Fotografia/vídeo, Geografia Vídeo, Multimídia Comunicação	Comitê Científico Empreendedor IPHAN	100% pesquisa em bancos de dados 100% consulta documentação de referência 100% área pesquisada 100% sítios pesquisados	Contextos regionais de ocupação Mapeamento georreferenciado Cadastro arqueológico Acervos arqueológicos Gestão de conhecimento em Modos de Vida Pré-Coloniais Produção de conhecimento Plano de monitoramento futuro
Atendimento Práticas da UNESCO IFC IAIA IPHAN	Patrimônio Histórico e Cultural (Material e Imaterial)	EIA/RIMA/PBA Bibliografia Cartografia Iconografia Levantamentos campo Saberes comunidade	Pesquisa e sistematização Cartografia GIS Levantamentos arquitetônicos Exposições oficina Mídias sociais Envolvimento da Comunidade	Profissionais de: Arqueologia, História Ciências sociais Educação, Arquitetura Gestão, Fotografia/Vídeo, Geografia Multimídia Comunicação	Comitê Científico Empreendedor IPHAN	100% pessoas de saber consultadas 100% pesquisa em bancos de dados 100% consulta documentação de referência	Cadastro de Folclore & Saberes Tradicionais Cadastro de tecnologias Cadastro de arquitetura vernacular Gestão de conhecimento em modos de vida históricos Convergência do conhecimento científico com conhecimento tradicional
Atendimento Práticas da UNESCO IFC IAIA IPHAN	Gestão do Conhecimento	Plano Diretor Políticas Públicas de Zoneamento EIA/RIMA/PBA Cartografia histórica	Pesquisa e sistematização Cartografia GIS Exposições oficina Mídias sociais Grupos de trabalho	Profissionais de: Arqueologia Patrimônio hist/cult. Direito Gestão Economia	Comitê científico Empreendedor IPHAN	100% da diversidade qualitativa do Patrimônio Cultural tratado	Elaboração de Plano de Gestão do Patrimônio Cultural

Quadro 7.2.2.d
Estrutura de planejamento e monitoria de atividades

Indicador		Ferramenta			Responsável	Meta	
Descrição	Definição do Indicador	Base de Dados	Ferramenta de Coleta	Composição do Indicador	Análise do Indicador	Aplicação	Conteúdo
		Comunidade	Análise legislação e planejamentos estratégicos	Educação Geografia Geoprocessamento Multimídia			
Atendimento práticas da UNESCO IFC IAIA IFC IPHAN	Centros Culturais e Museu Virtual	Plano diretor EIA/RIMA/PBA Levantamentos campo Saberes tradicionais	Pesquisa e sistematização Levantamentos arquitetônicos Análises engenharia Mídias sociais Grupos de trabalho	Profissionais de: Arqueologia Patrimônio hist/cult. Arquitetura, engenharia Construção civil Paisagismo, gestão Economia, educação Geoprocessamento Multimídia	Comitê científico Empreendedor IPHAN	100% medidas compensatórias executadas	Construção de centros culturais nos municípios de Jacareacanga e Paranaita Implantação de Museu Virtual para ampliação da divulgação dos acervos e resultados do programa
Atendimento práticas da UNESCO IFC, IAIA IFC IPHAN	Aplicação e envolvimento comunidade	Plano diretor EIA/RIMA/PBA Projetos documento Saberes tradicionais	Exposições oficina Mídias Sociais Fale Conosco Museu Virtual Arqueo@Parque	Profissionais de: Arqueologia Patrimônio hist/cult Educação Geografia Multimídia Comunicação Educação	Comitê Científico Empreendedor IPHAN	100% de envolvimento das escolas e grupos sociais no entorno do empreendimento	Mídias Sociais Cartilha Patrimonial Publicação Arqueo@Parque Museu virtual Ferramentas educativas Capacitação profissional

7.2.3 Índice de Qualidade

Os Índices de Qualidade apóiam e mensuram os resultados que são obtidos através do controle no andamento do projeto. Eles informam se os objetivos e metas foram atingidos nos prazos solicitados e na qualidade originalmente definida.

Para tanto, implementa-se o uso de índices através do gerenciamento do projeto. São mensuradas, entre outras, as equipes envolvidas (homem/hora) através do sistema gerenciado, com cálculos da quantidade de trabalhadores e atividades desenvolvidas.

Para melhorar a informação sobre o trabalho exercido são utilizadas ferramentas (como Gráficos de Controle, por exemplo) no gerenciamento da qualidade total em operações rotineiras.

O acompanhamento do Programa através de Índices de Qualidade e de Desempenho por indicadores nacionais e internacionalmente reconhecidos (UNESCO, IFC, IAIA, IPHAN) visa a apoiar e instrumentar no desenvolvimento do Programa, auxiliando na tomada de decisões através do nivelamento e entendimento.

8. Etapas / Prazos

Em termos operacionais, este Programa será desenvolvido em duas Etapas distintas, considerando as estratégias de implantação da obra, a saber:

- **ETAPA 1** – Área dos canteiros de obras e outras áreas e instalações de apoio, incluindo acessos provisórios e definitivos (prospecção, resgate e monitoramento);
- **ETAPA 2** – Área do futuro reservatório (prospecção e resgate) e área da futura APP (prospecção e elaboração de Programa de Gestão).

Salienta-se que as mesmas ações, metodologias e procedimentos definidos para o Programa serão aplicados tanto na Etapa 1 como na Etapa 2, garantindo a integridade científica e conceitual do Programa.

No que se refere aos prazos, o período estimado de trabalho é de dois anos e meio (30 meses), conforme demonstra o cronograma detalhado inserido no final deste documento, e o cronograma simplificado do **Quadro 8.a**, apresentado a seguir.

Quadro 8.a

Cronograma geral do Programa

Macro-Ações	Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4	Semestre 5
Legalização/planejamento					
Trabalhos de campo no Canteiro					
Trabalhos de campo no reservatório					
Trabalhos de campo na AID/AII					
Trabalhos de laboratório					
Estudos de gabinete					
Educação Patrimonial					
Relatórios andamento, final e produtos					

O **Quadro 6** traz um maior detalhamento destas fases de trabalho e, também, dos meses em que deverão ser

9. Relatórios

Este Programa prevê a entrega dos seguintes Relatórios:

Relatório	Periodicidade	Atendimento
Relatório de Andamento	Trimestral	IPHAN
Relatório Científico	Semestral e Final consolidado	IPHAN, IBAMA

Esses relatórios apresentarão as ações desenvolvidas para o alcance dos seguintes produtos e resultados:

- Realização das atividades relativas ao Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural exigidas no processo de licenciamento ambiental (fases LI e LO);
- Fornecimento dos Resultados Finais em diferentes plataformas e Mídias Sociais trazendo as ações e resultados do Programa em linguagem e formato adequados aos grupos de atendimento;
- Utilização de plataforma de E-Government junto ao IPHAN e demais órgãos definidos, visando à ampliação da transparência do Programa e agilização nos trâmites de entrega de relatórios, marcos e produtos;
- Educação Patrimonial, compreendendo ações presenciais e ações virtuais, além de incluir o uso de Mídias Sociais ampliando o envolvimento e participação especialmente das comunidades locais;

- Concepção de Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, a ser implementado e desenvolvido durante a operação da UHE, incluindo as reservas arqueológicas na área de APP;
- Contribuição para o conhecimento científico para a área, possibilitando um melhor conhecimento da Pré-História e História Nacional, com valorização da herança cultural brasileira e sua diversidade, em especial.

10. Recursos Humanos e Materiais Necessários

No que se refere aos Recursos Humanos, a listagem a seguir traz os 57 profissionais inicialmente previstos:

- 1 Arqueólogo Sênior (Coordenação geral);
- 1 Gestor de Projeto;
- 3 Arqueólogos Plenos;
- 5 Arqueólogos Junior;
- 1 Historiador Pleno;
- 3 Historiadores Junior;
- 1 Cientista Social Pleno;
- 2 Cientistas Social Junior;
- 1 Geógrafo Pleno;
- 3 Geógrafos Junior;
- 1 Arquiteto Pleno;
- 1 Arquiteto Junior;
- 2 Profissionais de Marketing;
- 4 Profissionais de Comunicação;
- 2 Educadores;
- 4 Técnicos de Laboratório;
- 12 Auxiliares de campo;
- 1 Barqueiro;
- 3 Técnicos Editoração/ Multimídia;
- 4 Técnicos de Educação Patrimonial;
- 2 Técnicos Administrativos.

No que se refere aos recursos materiais necessários, que incluem equipamentos de proteção individual (EPIs), material de pesquisas de campo, material de pesquisas em laboratório e escritório, o **Quadro 10.a** traz os principais itens previstos sem, todavia, esgotá-los integralmente, considerando a grande diversidade de ações a serem realizadas.

Quadro 10.a

Materiais necessários – campo e laboratório

Recursos	Especificações
Câmeras Fotográficas Digitais	Campo, Laboratório, Escritório
GPS	Campo, Laboratório, Escritório
Câmeras Filmadoras	Campo, Laboratório, Escritório
Computadores/Notebooks	Campo, Laboratório, Escritório
Rádios comunicadores	Campo, Laboratório, Escritório
Impressoras	Campo, Laboratório, Escritório
Scaners	Campo, Laboratório, Escritório
Data-shows	Campo, Laboratório, Escritório
Memórias externas	Campo, Laboratório, Escritório
Estação total	Campo
Bússolas	Campo
Trenas	Campo
Cavadeiras	Campo
Peneiras	Campo
Enxadas	Campo
Pás retas	Campo
Colheres de pedreiro	Campo
Espátulas	Campo, Laboratório
Pincéis	Campo, Laboratório
Engradados plásticos	Campo, Laboratório
Baldes	Campo, Laboratório
Material de secretaria e apoio	Campo, Laboratório, Escritório Papel, canetas, etiquetas, cliques, grampos, canetas nanquim, lápis, canetas marcadoras, esmaltes de marcação de peças, papel neutro, cola neutra,, embalagens plásticas, fitilhos, pranchetas etc.
Balde	Campo
Pás	Campo
Facões	Campo
Garrafas térmicas	Campo
Tendas	Campo
Veículos	Campo, Laboratório, Escritório
Barcos	Campo
Laboratório Fotográfico	Laboratório
Paquímetros	Laboratório
Lupas binoculares	Laboratório
Lupas manuais	Laboratório
Alicates	Laboratório
Tabela Munsen	Campo e Laboratório
Escovas	Laboratório
Pinças, peneiras de malhas diversas	Laboratório
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual com Certificado de Aprovação (CA).
Mobiliários	Mesas, cadeiras, estantes, arquivos, armários, bebedouros, ares condicionados, ventiladores, linha telefônica/internet incluindo 3G, etc.
Softwares	Campo, Laboratório, Escritório
Kits de exposição para Oficinas	Suportes de banners,

Equipamentos de mergulho

Campo - Para possível patrimônio submerso

11. Parcerias Recomendadas

O presente Programa atende aos seguintes públicos alvo:

1. A comunidade dos municípios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta, em especial as comunidades locais próximas ao empreendimento, uma vez que o objetivo maior do presente Programa é recuperar os diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na área, ao longo do tempo, através de práticas colaborativas de envolvimento e participação da comunidade, de forma a permitir a incorporação de seus resultados na memória coletiva e contribuir para o fortalecimento de sua identidade.
2. Os órgãos licenciadores envolvidos, desenvolvendo as ações previstas e atendendo à legislação vigente. Em especial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, responsável pela emissão de Portaria de Pesquisa, pelo acompanhamento e pela avaliação final deste Programa, e o IBAMA, como órgão licenciador ambiental.
3. Os órgãos municipais, mais especialmente as Secretarias de Cultura, visando a desenvolver trabalhos em sinergia às políticas públicas vigentes ou previstas, visando à continuidade dos resultados e benefícios do presente Programa mesmo após sua conclusão;
4. O grupo empreendedor e executor da obra, visando a garantir o desenvolvimento adequado de programas preventivos e/ou mitigadores que permitam o cumprimento das diferentes etapas de pesquisa exigidas no processo de licenciamento.
5. A comunidade científica, uma vez que o desenvolvimento dos trabalhos deverá trazer dados novos especialmente para os campos da Arqueologia, História, Ciências Sociais e Etno-História.

Dentro destes cenários, recomenda-se desenvolver parcerias especialmente com as organizações governamentais e não governamentais, além de ONGs e associações de patrimônio cultural. Cabe ressaltar o estabelecimento já realizado com o Instituto Homem Brasileiro, que fornece o apoio institucional ao presente Programa em atendimento à Portaria IPHAN N° 07/89.

12. Interface com outros Planos, Programas e Projetos

O presente Programa apresenta inter-relação com os seguintes outros Planos e Programas do PBA:

- P.01 - Plano Gestão Ambiental;
- P.02 - Plano Ambiental para a Construção – PAC;
- P.03 - Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto;
- P.38 - Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo;
- P.40 - Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População;

- P.41 - Programa de Interação e Comunicação Social;
- P.42 - Programa de Educação Ambiental.

13. Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abre/Livraria Briguiet, 1930.

AB'SABER, Aziz Nacib, *Domínios morfoclimáticos atuais e quaternários na região dos cerrados*, in *Paleoclimas São Paulo*, n. 10, p. 1-31, 1982.

ADALBERT príncipe da Prússia, *Brasil, Amazonas, Xingu*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1977.

ALBERTI, Verena, *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004 a.

_____, *Ouvir Contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004b

ANDRADE LIMA, T. - Cerâmica indígena brasileira. IN: Ribeiro, D. (ed.) *Suma Etnológica Brasileira* vol 2:173-230, FINEP-Vozes, Petrópolis, 1986

AUGÉ, M., *Hacia una Antropología de los Mundos Contemporáneos*, Barcelona: Gedisa Editorial, 1998.

AYLWIN José, *Ralco: ¿Modernidad o etnocidio en territorio mapuche?* Temuco, Chile: Instituto de Estudios Indígenas de la Universidad de La Frontera, 1998.

BADARIOTTI, Nicolau, *Exploração no norte de Mato Grosso, região do Alto Paraguai e Planalto dos Parecis*, São Paulo: Salesianas, 1898.

BARRERA, “Identidades, lenguas, ideologías. Una interpretación desde la antropología”. In: **LISON** et al *Antropología: Horizontes Interpretativos*. Universidad de Granada, 2000.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras*, Cidade do México: F.C.E., 1976.

BECKER, E. & **JAHN**, T., *Sustainability and the Social Sciences. A Cross-Disciplinary Approach To Integrating Environmental Considerations Into Theoretical Reorientation*. Londres: UNESCO, 1999.

BECQUELIN, P. “Arqueologia xinguaná”. In: **COELHO**, Vera (Ed.) *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp, 1993.

BECQUELIN, P, *Relatório de pesquisas arqueológicas no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso*. Museu Paraense Emilio Goeldi, Depto. de Arqueologia, Belém, 1973

BEGON, M., HARPER, J. L. e TOWNSEND. C. R., *Ecology. Third edition.* Blackwell Science, Oxford: s/d, 1996.

BERQUE, Augustin, “Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultura”, in, **CORRÊA**, Roberto Lobato e **ROSENDAHL**, Zeny (orgs.), *Paisagem, tempo e cultura*, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. pg. 84 a 91.

BERKES, F. (ed). *Common Property Resources.* London: Belhaven Press, 1989.

BLACK, F.L. et alii. - Evidências baseadas em HLA e IgG sobre as relações intra e intercontinentais das populações nativas da Amazônia. W.Neves (ed.) - *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia.* MPEG, Belém, 1991.

BOCCARA, G. “Antropología diacrónica. Dinámicas culturales, procesos históricos y poder político”. En **BOCCARA**, G. & **GALINDO**, S. (Eds.) *Lógica Mestiza en América.* Temuco, Chile: Instituto de Estudios Indígenas / Universidad de la Frontera, 1999 A.

_____, “Etnogénesis mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas del centro sur de Chile (siglos XVI-XVIII)”. In: *Hispanic American Historical Review*; N° 79 (3) s/d: s/d, 1999B. pp. 425-61.

BONFIL BATALLA, G. 1981 *Utopía y Revolución. El Pensamiento político contemporáneos de los indios en América*, Cidade do México: Edit. Nueva Imagen, 1981.

_____, *Identidad y Pluralismo Cultural en América Latina.* Porto Rico: Fondo Editorial del CEHASS & Ed. De la Universidad de Puerto Rico, 1992.

BO, João Batista L., *Proteção do patrimônio na Unesco, ações e significados*, Brasília, DF: Unesco, 2003.

BOSI, Alfredo, *Dialética da colonização*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSSI, Bartolomé, ¹ *Viage Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cyuba y el tributario del grande Amazonas, com la description de la Provincia de Matto Grosso, bajo su aspecto fisico, geografico, mineralogico y sus producciones naturales*, Paris: Libreria Parisiense - Dupray de la Mahérie, 1863.

BOXER, Charles, *O Império marítimo português, 1415-1825*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BROCHADO, J.J. - *An ecological model of the sprad of pottery and agriculture into eastern South America.* Ph.D. Thesis, Univ. of Illinois, 1984.

_____, Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *Anais do I Simpósio de pré-história do nordeste brasileiro*, Univ. Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

BROCHADO, J.J. & LATHRAP, D.W., *Amazonia*. Dep. of Anthropology, Univ. of Illinois, 1982.

BRUNO, Ernani Silva, *História do Brasil, Geral e Regional: o grande oeste*, São Paulo: Cultrix, 1967.

BURKE, Peter, *O que é história cultural?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CÂMARA, F., “Los conceptos de identidad y etnicidad”. *Revista América Indígena* Vol. Vol. XLVI, Nro 4. América Indígena, s/d: s/d, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo, *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. Rio De Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R., “Etnicidad, Eticidad Y Globalización”, in: *Autonomías Étnicas Y Estados Nacionales*. Oaxaca, México: Conaculta-Inah, V. 01, 1998. pp. 31-47.

CARDOSO, Miguel P., “Um mito na sociedade indígena”. *Uapê: Revista de Cultura*, v.2, n.2, março, Rio de Janeiro: s/d, 2000. pp. 88-95.

CARNEIRO, Robert L. “Slash-and-burn Agriculture: a Closer Look at its Implication for settlement Patterns”. In: **WALLACE, A. F. C.** (ed.), *Men and Culture: Selected Papers of the V International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences*. Philadelphia: s/d, 1960.

CARVALHO, José Murilo de, *A formação das almas : o imaginário da República no Brasil*, São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara, *História da alimentação no Brasil*. Pesquisa e notas. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 2 ed., 1983, 2 vols. (1 ed. 1967-8).

_____, *Dicionário de folclore brasileiro*, São Paulo: Global, 2002.

_____, *Cultura e civilização*, São Paulo: Global, 2004.

CASTRO E. V. de e CUNHA, C. da (orgs.), *Amazônia. Etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1987.

FURTADO, Celso, *O Mito Do Desenvolvimento Econômico*. 4. Ed. São Paulo: Paz E Terra, 1974.

CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2o. Ed., volume 1, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 2o. Ed., volume 2, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, *A Cultura no Plural*, Campinas: Papirus, 1995.

CHMYZ, I. - Dados arqueológicos do baixo rio Paranapanema e alto Paraná. PRONAPA, *Publicações Avulsas* n. 26, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1974.

CHOAY, Françoise, *A alegoria do patrimônio*, São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

COELHO, Vera P., *Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Edusp, 1993.

COLCHESTER, M, “Dams, Indigenous Peoples and Ethnic Minorities. World Commission on Dams” (www.dams.org), 2000.

COLDING, J., and **FOLKE**, C., “The Taboo System: Lessons About Informal Institutions for Nature Management”. *Georgetown Int’L. Envtl. Law Review* 12, s/d: s/d, 2000. pp. 413-445.

COSTA, Wanderlei Messias da, *O Estado e as políticas territoriais no Brasil: a política e a geopolítica e as geopolíticas territoriais até 64*, São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

COUDREAU, Henry. *Viagem ao Xingu*. Belo Horizonte, Edusp-Itatiaia, 1978.

CRAIG, J. F. “Large dams and freshwater fish biodiversity”. World Commission on Dams (www.dams.org), s/d.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, *Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade*. S. Paulo: Brasiliense / EDUSP, 1986.

_____, *Os direitos do índio. Ensaios e documentos*. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

DAWKINS, Richard, *O relojoeiro cego: a teoria da evolução contra o desígnio divino*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005^a.

_____, *O capelão do Diabo, Ensaios escolhidos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE BLASIS, P. A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. - Dam contract archaeology in Brazil: some prospects and a case study at the amazonian border. BID, 2002.

DIAS, Eurípedes da Cunha, *Fronteira desmistificada: uma interpretação do processo de colonização particular em Mato Grosso*, tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DÍAZ-POLANCO, H., “Formación nacional y cuestión étnica”. In: *Autonomía regional. La autonomía de los pueblos indios* (Capítulo 1). Cidade do México: Editorial Siglo XXI, 1991.

DIEGUES, A. C., *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2000.

DILLEHAY, T., *Araucanía: presente y pasado*. Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1993.

DUBUISSON, D., *Mythologies du xxe siècle (Dumézil, Lévi-Strauss, Eliade)*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1993.

DURHAN, Eunice (org.), Malinowski. “Col. Grandes Cientistas Sociais”. São Paulo: Ática, 1986.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M., “De quelques formes primitives de classification”. *L'Année Sociologique* (1901-1902). Paris: s/d, 1903.

ELLIS, Myriam, “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”, in: **HOLANDA, Sérgio Buarque (org),** *História geral da civilização brasileira, tomo 1, A época colonial, vol. 1 do descobrimento à expansão territorial, 4ª.ed*, São Paulo: DIFEL, 1972.

ESTEVA FABREGAT, C., *Estado, etnicidad y biculturalismo*. Barcelona: Ediciones Península, 1984.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2002.

FEARNSIDE, Philip M, “Biodiversidade nas Florestas Amazônicas Brasileiras: Riscos, Valores e Conservação”. In: *A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais*. INPA, Manaus: INPA, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente, *Mato Grosso e seus municípios*, Cuiabá: Secretaria de estado da educação, 2001.

FEBVRE, Lucien P. V., *Combates pela História*, Lisboa: Presença, 1977.

FENSTERSEIFER, E. & SCHMITZ, P.I.- Fase Iporá. Uma fase Tupiguarani no sudoeste de Goiás. *Anuário de Divulgação Científica II* (2):19-79. UCG, Goiânia, 1975.

FONSECA, José Gonçalves da, “Primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por ordem do governo”, in: **MENDES DE ALMEIDA**, Cândido, *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*, Rio de Janeiro: Typ. Do Commercio de Brito e Braga, 1860. pp. 267-416.

FREYRE, Gilberto, *Açúcar*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (1 ed. 1939).

FRIEDMAN, J., *Identidad cultural y proceso global*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

FUNARI, P.P.A. & ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. – Ethics, capitalism and public archaeology in Brazil. IN: Hamilakis & Duke (eds.) *Archaeology and capitalism: from Ethics to Politics*, 2005 .

GARCÍA, R. *Et Al* (Eds.), *Culture, Enviromental Action And Sustentability*. Alemanha: Hogrefe & Huber, 2003.

GARCÍA CANCLINI, Nestor, *La globalización imaginada*, Buenos Aires: Paidós editorial, 2000.

GARRETA, M., “Introducción al tema de la identidad”; in: **GARRETA**, M. & **BELLELLI**, C. (comp.) *La trama cultural. Textos de antropología y arqueología*. Argentina: Ediciones Caligraf, 2001 A.

_____, “Una mirada actual sobre el problema de las identidades”; in: **GARRETA**, M. & **BELLELLI**, C. (comp.) *La trama cultural. Textos de antropología y arqueología*. Argentina: Ediciones Caligraf, 2001B.

GEERTZ, Cliford, *A Interpretação das culturas*, São Paulo: LTC, 1989.

GENNEP, Arnold Van (1978) *Ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

GIMENO, J.C. “¿Etnicidad contra globalización? Una mirada antropológica”, *Eutopía, Revista de estudios sobre Desarrollo*; Nº2, Año 2, Noviembre, s/d: s/d, 2000.

GOLDSMITH, E. e **N HILDYARD**, *The Social and Environmental Effects of Large Dams*, San Francisco, CA, USA: A Sierra Club Book, 1994.

GOUDIE, A., *The human impact*. Cambridge, Massachusetts, USA: MIT Press, 1986.

GROSS, D., “Village movement in relation to resources”, In: R.B. **HAMES** and W.T. **VICKERS** (ed.), *Adaptive Responses of Native Amazonians*. New York: Academic Press, 1983. pp. 429-449.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *A lenda do ouro verde*, dissertação de mestrado, Campinas: IFICH/Unicamp, 1986.

HALL, S. “Old and New Identities, Old and New Ethnicities”, in: *Culture, Globalization and the World-System*, EUA: The Macmillan Press, 1991.

HAMES, R. B. & W. T. VICKERS, “Optimal diet breadth theory as a model to explain variability in Amazonian hunting”. *American Ethnologist* 9, 1982, pp. 358-379.

HARDMANN, Francisco Foot, *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARRIS, M., *Cultural Materialism: The Struggle for a science of culture*, Nova Iorque: Random House, 1979.

_____, *El desarrollo de la teoría antropológica. Historia de las teorías de la cultura*, Cidade do México: Siglo XXI editores, 1981.

HECKENBERGER, Michael. *War and piece in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of southeastern Amazonia. A.D. 1250-2000*. PhD. Thesis. Univ. of Pitsburg, 1996.

HECKENBERGER, M. e FRANCHETTO, B., *Os povos do alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro Ed. Uferj, 2001.

HECKENBERGER, Michael, PETERSEN, J. e NEVES, E. G., “Village Size and Permanence in Amazonia: Two Archeological Examples from Brazil”. *Latin American Antiquity*, 10 (4): 1999. pp. 353-376.

HILL, Jonathan D. “Introduction. Myth and history”. In: *Rethinking history and myth: indigenous south-american perspectives on the past*. Illinois, EUA: Univ. of Illionois Press, 1988. pp. 1 – 17.

HOBSBAWM, Eric J., *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*, 2o. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 5º. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOOPES, J.W. - Ford revisited: a critical review of the chronology and relationships of the earliest ceramic complexes in the New World 6000-1500 BC. *Journal of World Prehistory* 8(1): 1-49, 1994.

HOWARD, Catherine V., “Exchange and the Construction of Identity: Symbolic Dimensions of Brazilian Tribal Exchange Systems and the Construction of Person, Tribal, and Regional Identity”. Chicago: Department of Anthropology. University of Chicago, 1982.

HUNT, Lynn (org.), *A nova história cultural*, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ISA, Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. <http://www.socioambiental.org/pib/epi/xingu/xingu.shtml> (acessado em 04/01/2006). 2002.

KING, A., “The local and the Global: Globalization and Ethnicity”. In: *Culture, Globalization and the World-System*. EUA: The Macmillan Preess, 1991.

KOSELLECK, Reinhard, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Puc Rio, 2006.

LANGDON, E.J. & **GARNELO**, L. (orgs.), *Saúde dos povos indígenas. Reflexões sobre antropologia participativa*, s/d: Contra Capa Livraria / Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

LARRAÍN, J., *Modernidad razón e identidad en América Latina*, Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 1996.

_____, *Identidad Chilena*, Santiago de Chile: Ed. Lom, 2001.

LE GOFF, Jacques, *História e Memória. Trad: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges*, Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____, *Pensar la historia. Modernidad, presente, progreso*, Barcelona: Paidós, 1991.

LE GOFF, Jacques, **LADURIE**, Emmanuel Le Roy, *et alli, A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1991.

LE GOFF, Jacques e **NORA**, Pierre (Dir.), *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____, *História: novos problemas*, Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____, *História: novos métodos*, Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEME / CONCREMAT – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) UHE Teles Pires, 2008.

LEONARDI, Victor, *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, Brasília, DF: Editora UnB/Paralelo 15, 1999.

LEVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
_____, *La pensée sauvage*. Paris: Plon/Pocket, 1962.

LIMA, Antonio Carlos de Souza, “O governo dos índios sob gestão do SPI”, in: **CUNHA**, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 155-174.

LIMA, Tânia Stolze, “O dois e seu múltiplo”. *Mana*, v.2, n.2, outubro, Rio de Janeiro: s/d, 1996. pp. 21-47.

_____, “O pássaro do fogo”. *Revista de Antropologia*. v. 42, n.1/2, São Paulo: s/d, 1999 A . pp. 113-132.

_____, “Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna”. *Revista Brasileira de C. Sociais*, v. 14, n.40, junho, São Paulo: s/d, 1999B. pp. 1-14.

LINARES, O., “Garden hunting in the American tropics”, *Human Ecology* 4(4): 1976. pp. 331-349.

LÖSCHNER, R, “As ilustrações nos livros de viagem de Karl von den Stainen”. In: **COELHO**, Vera, *Karl von den Stainen: Um século de Antropologia no Xingu*, São Paulo: Edusp, 1993.

LUMMIS, T. “Oral History”. In: **BAUMAN**, Richard (ed). *Folklore, cultural performances and popular entertainments. A communications-centered handbook*, Oxford: Oxford Univ. Press. 1992. pp. 02-97.

MALDI, Denise *et alli.* (org.), *Direitos indígenas e antropologia. Laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá: Ed UFMT, 1994.

MARTINS, Edílson, *Nossos índios, nossos mortos*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MARTINS, José de Souza, *Expropriação e violência: a questão política no campo*, São Paulo: HUCITEC, 1982.

MAUES, R.H. e **VILLACORTA**, G.M., “Pajelança e encantaria amazônica”. Comunicação apresentada nas *VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. (mimeo), s/d: s/d, 1998.

MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo e Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992

MCLUHAN, Herbert Marshall, *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Edusp, 1972.

MEGGERS, B., *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

MEIHY, José Carlos S. B., *Manual de História Oral*, 2 ed., São Paulo: Loyola, 1998.

MELATTI, Júlio C. “O mito e o xamã”. *Mito e linguagem social. Ensaios de Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1970. pp.65-76.

_____, *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MENESES, Ulpiano T. B. de, *O objeto material como documento*, aula ministrada no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas”, organizado pelo IAB/CONDEPHAAT em 1980, *mimeo*.

_____, “Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana”, in *Revista USP: Dossiê Brasil dos Viajantes*, São Paulo, N. 30, junho/agosto 1996, pp. 144-155.

_____, “A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano”, in: MORI, Victor Hugo *et alli* (org), *Patrimônio: atualizando o debate*, São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 33-76.

MENENDEZ, Miguel A., “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, in: **CUNHA**, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

MENENDEZ, Miguel A., “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, in: **CUNHA**, Manuela Carneiro da (org), *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 281-296.

MILLER, T.E., - *História da cultura indígena do alto-médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso)*. Dissertação de Mestrado na PUC/RS. Porto Alegre, 1983.

_____, Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil Ocidental. *Estudos Atacamenos* 8:37-61, Univ. del Norte, San Pedro de Atacama, 1987.

_____, Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte. *Arqueologia, Ambiente e Desenvolvimento*, Eletronorte, Brasília, 1992

MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORI, Victor Hugo, “Arqueologia e restauração: anotações para debate”, in: MORI, Victor Hugo *et alli* (org), *Patrimônio: atualizando o debate*, São Paulo: IPHAN, 2006. pp. 117-138.

ORAN, E., “The Adaptive System of the Amazonian *Caboclo*”. In **WAGLEY**, C. (ed.), *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974.

_____, *A ecologia humana das populações da Amazônia*, Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

NAHMAD, S. *La perspectiva de etnias y naciones: Los Pueblos indias de América Latina*, Quito: Ediciones Abya-Yala, 1996.

NORONHA, Ramiro, “Exploração e levantamento do rio Culue, principal formador do rio Xingu”. *Publicação n. 75 da Comissão Rondon*. Rio de Janeiro: Depto. de Imprensa Nacional, 1952.

NOVAIS, Fernando Antônio, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1983.

NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) e MELLO E SOUZA, Laura de (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, volume 1, São Paulo: Cia das Letras, 2001.

OBBERG, Kalervo, “Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil”. Vol. 15. Institute of Social Anthropology Publications. Washington: Smithsonian Institution, 1953.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de, *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra*, Tangará da Serra/MT: Editora Tangará, 2004.

OLIVEIRA, J.E. - A utilização da analogia etnográfica no estudos dos aterros da região pantaneira de Corumbá, MS. *Anais da VII Reunião da SAB*, João Pessoa, 1993.

_____, *Os Argonautas Guató - aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, João Martins de, *Esperança vem na frente : contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1982.

OLIVEIRA, João P. de (org.), *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, Marco Zero, 1987.

ONG, Walter J., *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*, Campinas: Papirus, 1998.

ORTIZ, Raul. “Fragmentación política y territorial de Cunco-Mashue. ¿Una nueva estrategia de sometimiento de comunidades indígenas”. In: *Revista de los estudiantes de la escuela de antropología UACH*. Ano I, N°1. Valdivia, Chile: s/d, 2004 A.

_____, “Aproximación antropológica al valle de Purén Lumaco: un acercamiento a la reflexión sobre la construcción e la identidad étnica en comunidades mapuche”. Informe final de Práctica Profesional para optar al grado de Licenciado en Antropología. Universidad Austral: Chile, 2004B.

PARDI, M.L.O., - Frentes de expansão. Seu potencial e impacto sobre o patrimônio arqueológico - o caso da Amazônia Mato-grossense a partir de um reconhecimento da 14. "CR/IPHAN". *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Porto Alegre. 1995.

PERES, C., “Indigenous reserves and nature conservation in Amazonian forests”. *Conservation Biology*, 8, s/d: s/d, 1994. pp. 586-588.

PERES, C. e **TERGORGH. J.**, “Amazonian nature reserves: an analysis of the defensibility stats of existing conservation units and design criteria for the future”. *Conservation Biology*, 9, s/d: s/d, 1995. pp. 34-46.

PESEZ, Jean-Marie, “A história da cultura material”, in **LE GOFF, Jacques**, *A história nova*, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003. pp. 180-215.

PETRULLO, Vincent, “Primitive peoples of Matto Grosso”. *The Museum Journal*, XXIII (2), s/d: s/d, 1932. pp. 83-180.

PETTS, G.E., “Impounded rivers”. Chichester, UK : John Wiley & Sons Ltd Publishers, 1897.

PINTO, Edgard Roquette, *Rondônia*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PRADO Jr, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 16^o.ed, São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1961.

PREBISCH, R. "The Latin American Periphery In The Global System Of Capitalism", UNCLA Review, 1981.

PROECOTUR – Projeto de Pesquisa Arqueológica – Plano de Gestão e estratégia de uso público do sítio arqueológico de Pedra Preta, em Paranaita, Mato Grosso. Paston – Projetos e Assistência Técnica, 2007.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, Universidade de Brasília, 1992.

RAMOS, A. R. F., *Memória das discussões sobre ecoturismo em terras indígenas*. Brasília: Funai, mimeo, 2002.

RAPPAPORT, R. A. 1971. The Sacred in Human Evolution. *Annual Review Ecology System* 2:23-44.

REDFORD, K. H. e STEARMAN, A. M. “Forest dwelling native Amazonians and the conservation of biodiversity: Interests in common or in collision?” *Conservation Biology* 7, s/d: s/d, 1993. pp. 248-255.

REICHEL-DOLMATOFF, G. “Cosmology as an ecological analysis: a view from the rainforest”. *Man* 11, s/d: s/d, 1976. pp. 307-318.

RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS DE 1900-1906, pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo Major Eng. Cândido Mariano da Silva Rondon, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Comissão Nacional de Proteção aos Índios – Departamento de Imprensa Nacional, 1949. 1º. Ed. 1907.

RIBEIRO, Darcy, *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, Rio de Janeiro: Civilização moderna, 1970.

_____, *O processo civilizatório; etapas da evolução sociocultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, *Configurações histórico-culturais dos povos americanos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2o. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RIBEIRO, J. F.; C. E. L. Da FONSECA. 2001. Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria. Embrapa, Planaltina, DF, 899p.

ROBRAHN, E.M. - *Projeto de Pesquisa Arqueológica das UHEs de Serra da Mesa e Cana Brava - Relatório I*. IGPA/UCG, Goiânia. Relatório entregue ao IPHAN, 1990.

ROBRAHN GONZÁLEZ, E.M. - Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: origens e desenvolvimento. *Anais da VIII Reunião Científica da SAB*, Vol. 2, Porto Alegre, :233-248, 1995.

_____, *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

_____, O estudo da interação cultural em Arqueologia. *Suplemento n. 3 da Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1999: 31-34.

_____, Grupos Tupi, em busca da terra sem mal. *Brasil 50.000 anos, uma viagem ao passado pré-colonial brasileiro*. EDUSP/ STJ, Brasília, 2001 a.

_____, Reflexionen ueber den Gebrauch der historischen Analogie in Brasilien. In: A. Gramsch (ed.) *Vergleichen als archaeologische Methode. Analogien in den Archaeologien*, BAR International Series, arbeitgemeinschaft Theorie (T-AG). Berlin, 2000 b: 131-142.

_____, Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. In: W. Neves (org.) *Dossiê Antes de Cabral*. EDUSP, São Paulo, 1999-2000 c: 10-31.

_____, As aldeias circulares do Brasil Central. *Brasil 50 mil anos, uma viagem ao passado pré-colonial*. EDUSP, : 35-43, São Paulo. 2001 b.

_____, To whom belongs this past? Annales XV Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

_____, Arqueologia e Sociedade no município de Ribeirão Grande, Sul de São Paulo: ações em Arqueologia Pública ligadas ao Projeto de Ampliação da Mina Calcária Limeira. *Revista Arqueologia Pública* n. 1, UNICAMP, Campinas/SP, 2006.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. & DE BLASIS, P.A. - Arqueologia do médio vale do Tocantins: pesquisa de salvamento do eixo da UHE Luis E. Magalhães. *Revista de Arqueologia* n. 10, Rio de Janeiro, 1997.

ROCHA, Leandro M. *A marcha para o Oeste*. "Índios do Brasil", Funai, 1992.

ROGGE, J.H. & SCHMITZ, P.I. - Projeto Corumbá: a cerâmica dos aterros. *Anais da VI Reunião Científica da SAB*, Rio de Janeiro, 1992.

_____, Projeto Corumbá: a ocupação pelos grupos ceramistas pré-coloniais. *Revista de Arqueologia* 8 (2):169-180, São Paulo, 1994/95.

RONDON, Cândido Mariano da Silva, *Índios do Brasil, vol. II, Cabeceiras do Xingu, Araguaia e Oiapoque*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1953.

ROQUETTE-PINTO, Edgar, *Rondônia*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. 1º.ed, Rio de Janeiro, Arquivos do Museu Nacional, 1917.

ROOSEVELT, A. - Arqueologia Amazônica. IN: Carneiro da Cunha, M. (Org.) *História dos Índios do Brasil*, FAPESP/SMC, Cia das Letras, São Paulo, 1992.

ROOSEVELT, Theodore, *Nas selvas do Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1948.

SAAVEDRA, A. *Los mapuche en la sociedad chilena actual*. Santiafo de Chile: Lom ediciones y Universidad Austral de Chile, 2002.

_____, *Transformaciones en la sociedad mapuche en el siglo XX*. tese de doutorado, Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 2004.

SAHLINS, Marshal, *Culture and practical reason*. Chicago: Chicago Univ. Press, 1976.

_____, *Islas De Historia*. Espanha: Gedisa, 1987.

SAID, Edward, *Cultura e Imperialismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____, *Orientalismo*. Espanha: Libertarias, 1990.

SÁNCHEZ, C. “Elementos conceptuales acerca de la cuestión étnico nacional (primera parte)”. *Boletín de Antropología Americana*; N° 15, s/d: s/d, 1987.

SCATAMACCHIA, M.C.M. - *Tentativa de caracterização da tradição Tupiguarani*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1981.

SCHMIDT, Max, *Estudos de Etnologia Brasileira*. Rio de Janeiro: CEN, 1942.

SCHMITZ, P.I. - Projeto Paranaíba - Relatório prévio das atividades de campo. *Anuário de Divulgação Científica* ano II n.2 :9-17, Goiânia, 1975.

_____, Arqueologia de Goiás. Sequência cultural e datações de C14. *Anuário de Divulgação Científica* 3/4:1-15. UCG, Goiânia, 1976/77.

_____, Caçadores antigos no sudoeste de Goiás, Brasil. *Estudios Atacameños* 8:16-35, Univ. del Norte, San Pedro de Atacama, 1987.

_____, *Programa arqueológico do MS - projeto Corumbá*. Trabalhos apresentados no VI Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia: Novas Perspectivas. PUC/RS, São Leopoldo, 1993.

SCHMITZ, P.I.; **BARBOSA**, A.S. - *Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás*. Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1985.

SCHMITZ, P.I.; **BARBOSA**, A.S.; **JACOBUS**, A.L.; **RIBEIRO**, M.B. - Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas, *Antropologia* 44, Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1989.

SCHMITZ, P.I.; **BARBOSA**, A.S.; **RIBEIRO**, M.B. - Temas de Arqueologia Brasileira n.5 - Os cultivadores do planalto e do litoral. *Anuário de Divulgação Científica* n.9, UCG, Goiânia, 1978/79/80.

SCHMITZ, P.I.; **BARBOSA**, A.S.; **WUST**, I.; **MOEHLECKE**, S.- Arqueologia do centro-sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. Pesquisas, *Antopologia* 32, Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1982.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S. - *Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás*. Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1985.

SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; JACOBUS, A.L.; RIBEIRO, M.B. - Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas, *Antropologia* 44, Inst. Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, 1989.

SILVA, P.P.C. “Rondon e a Comissão Rondon”. *Revista do IHGMT*. Publicações avulsas, n. 2, 1998.

SIMÕES, M.F. - Fases arqueológicas brasileiras 1950-1971. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi* 18, Belém, 1972.

SIMÕES, M.F. & ARAUJO COSTA, F. - Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:11-28, Belém, 1987.

SIMÕES, M.F. & GENTIL CORREA, C. - Pesquisas arqueológicas no baixo Uatamã-Jatapu (Amazonas). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:29-48, Belém, 1987.

SIMÕES, M.F. & MACHADO, A.L. - Pesquisas arqueológicas no lado de Silves (Amazonas). *Revista de Arqueologia* v.4 n.1:49-82, Belém, 1987.

SIMONSEN, I.; OLIVEIRA, A.P. - *Cerâmica da Lagoa Miararré. Notas prévias*. Museu Antropológico, UFGO, Goiânia, 1976.

_____, Sítios cerâmicos da bacia do Paranã - Goiás. *Arq. do Mus. de Hist. Natural* VIII-IX:121-129, UFMG, Belo Horizonte, 1983/84.

SIOLI, H. *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Vozes, Petropolis, 1991.

SMEDLEY, A. “Race” and the construction of Human Identity”. En *American Anthropologist*; V. 100, N° 3; Septiembre: American Anthropological Association, 1998.

SOUZA, Laura de Mello, “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, in **NOVAIS**, Fernando Antonio (coord.) e **SOUZA**, Laura de Mello e (org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 41-82.

SOINI, P., “Investigaciones en la Estación Biológica Cahuana”. *Reporte Pacaya-samiria*, s/d: Universidad Nacional Agraria La Molina. 1995.

SOUZA, R. R.; VOGT, R. C. “Incubation temperature influences sex and hatchling size in the neotropical turtle *Podocnemis unifilis*”. *Journal of Herpetology*, 28 (4) s/d: s/d. 1994. pp. 453-464.

SOUZA, Dilermano A. de (org.) *Catálogo da coleção etnográfica IPHAN/UNB*. Brasília: MinC/IPHAN, 1995.

STONE, R. e **WEBSTER**. K., “Allocating water in the Harvey Basin, Western Australia: A case study in public consultation and multi-objective planning. Proceedings of Workshop on Benefits of and Concerns about Dams – *Case Studies*”. International Commission on Large Dams, Antalya, Turquia: s/d, 1999. pp. 241 – 262.

TEIXEIRA, Fautino (org.) *Sociologia da Religião. Enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

THIEME, Inge, “Karl von den Steinen: Vida e Obra”. In: **COELHO**, Vera P. (ed.), *Karl von den Steinen: Um Século de Antropologia no Xingu*. São Paulo: EDUSP, 1993. pp. 35-108.

TODOROV, Tzvetan, *Las morales de la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

_____, *La conquista de América*. Cidade do México: Gedisa Editoria /: Siglo XXI, 2000.

VIALOU, D.- Un nouveau site rupestre au Mato Grosso, l’abri Ferraz Egreja. *Rev. do Mus. Paulista XXIX*: 39-53, USP, 1983/84.

_____, Santa Elina: Fouilles dans un abri rupestre du Mato Grosso, Brésil. *Bulletin de la Soc. Préhistorique Française* 89 (10-12): 407-410, 1987.

VIDIGAL, Circe da Fonseca, *Sinop: a terra prometida, geopolítica da ocupação na Amazônia*, dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

VILLAS BOAS, Orlando, *A marcha para o oeste: a epopéia da expedição Roncador – Xingu*, São Paulo: Globo, 1994.

VIRILIO, Paul, *A Máquina de Visão*. Trad: Paulo Roberto Pires, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WARNIER, Jean-Pierre, *Construir e a cultura material: l’homme qui pensait avec ses doigts*, Paris: Puf, 1999.

WEBER, Max, “O caráter geral do carisma”. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar 1971. pp. 283-291.

WILBER, Ken, *Um Deus Social. Breve introdução a uma sociologia transcendental*. S. Paulo: Cultrix, 1983.

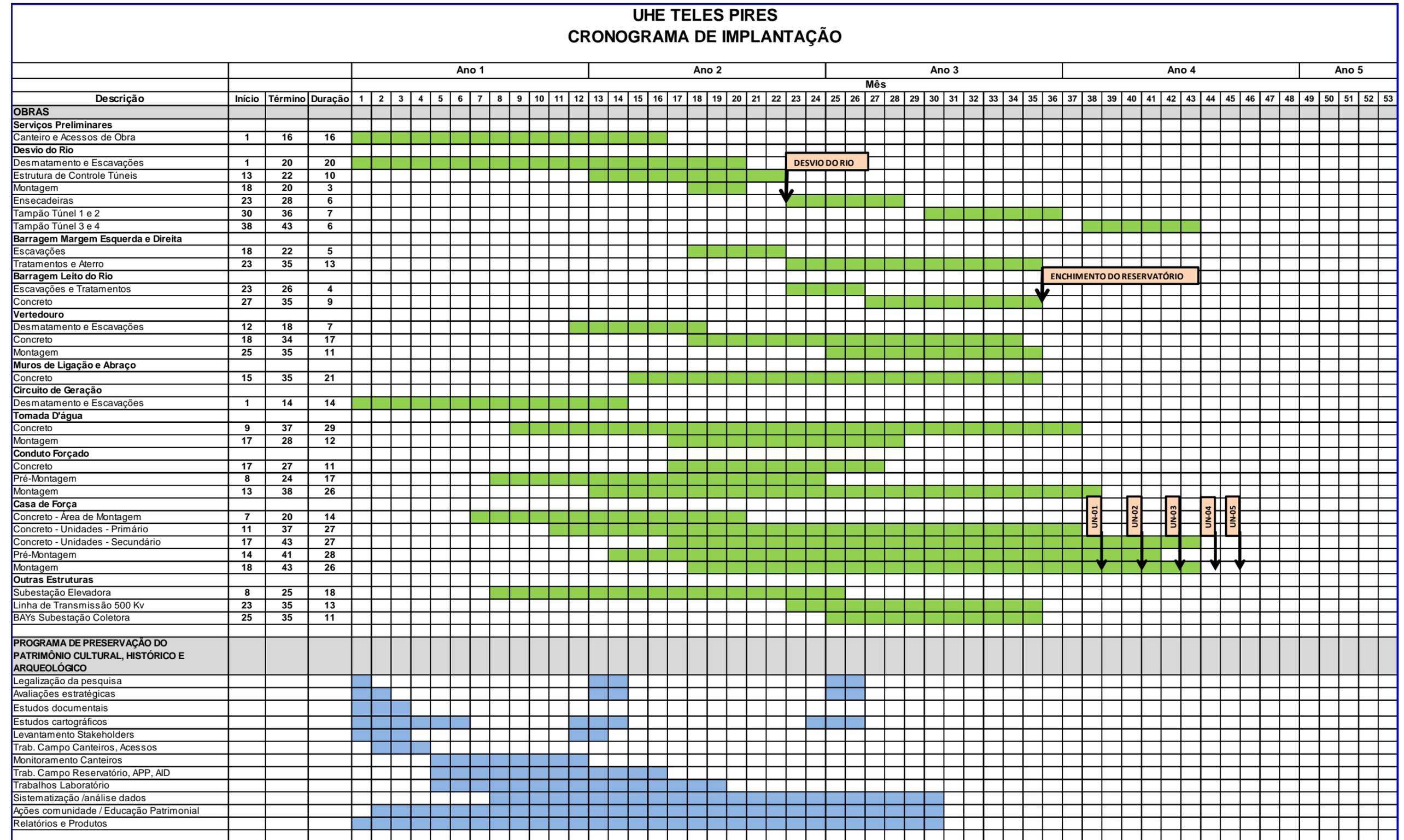
WOLF, E. *Europa Y La Gente Sin Historia*. Cidade do México: Ed. F.C.E., 1987.

WUST, I. - *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás - tentativa de análise espacial*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1983.

_____, Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área nuclear Bororo entre os rios Vermelho e Garças, MT. *Dédalo*, Publicações Avulsas I:161-171, São Paulo, 1989.

_____, *Continuidade e mudança - para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo-Goiânia, 1990.

WUST, I. & SCHMITZ, P.I. - Fase Jataí, estudo preliminar. *Anuário de Divulgação Científica II* (2): 71-93, UCG, Goiânia, 1975.



Anexo 1

Portaria N° 8 de 03/03/2011 no Diário Oficial da União

Anexo 2

Adaptive Management
